Portobello

Sumário

Demonstrações contábeis intermediárias.....1 a 18

Notas explicativas.....19 a 82

1 Informações gerais.....19
2 Resumo das principais políticas contábeis.....19
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas.....30
4 Gestão de risco financeiro.....32
5 Instrumentos financeiros por categoria.....38
6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros.....38
7 Instrumentos financeiros derivativos.....40
8 Caixa e equivalentes de caixa.....40
9 Contas a receber de clientes.....40
10 Títulos e valores mobiliários.....42
11 Estoques.....42
12 Tributos a recuperar.....43
13 Créditos com outras pessoas ligadas.....43
14 Depósitos judiciais.....44
15 Recebíveis da Eletrobrás.....44
16 Imposto de renda e contribuição social.....45
17 Ativo tributário.....49
18 Ativos contingentes.....49
19 Outros ativos realizáveis a longo prazo.....49
20 Investimentos.....50
21 Imobilizado.....51
22 Intangível.....53
23 Fornecedores.....54
24 Empréstimos e financiamentos.....55
25 Parcelamento de obrigações tributárias.....58
26 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472).....59
27 Impostos, taxas e contribuições.....60
28 Provisões para contingências.....60
29 Passivo contingente.....63
30 Benefícios a empregados.....63

31	Patrimônio líquido	64
32	Receitas	66
33	Despesas por natureza	67
34	Outras receitas e despesas operacionais líquidas	68
35	Outros ganhos (perdas), líquidos	69
36	Resultado financeiro	70
37	Resultado de operações descontinuadas	72
38	Lucro por ação	72
39	Caixa gerado nas operações	74
40	Informações por segmento de negócio	76
41	Compromissos	78
42	Cobertura de seguros	78
43	Empresas ligadas e partes relacionadas	79

Comentários do desempenho ..... 83 a 93

Relatório de revisão especial ..... 94 a 96

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 1

Balanço Patrimonial Passivo 2

Demonstração do Resultado 3

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011 7

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 14

Demonstração do Fluxo de Caixa 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011 16

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010 17

Demonstração do Valor Adicionado 18

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	601.392	603.992
1.01	Ativo Circulante	238.529	248.411
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.731	8.719
1.01.02	Aplicações Financeiras	953	1.120
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	953	1.120
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	953	1.120
1.01.03	Contas a Receber	99.305	95.996
1.01.03.01	Clientes	99.305	95.996
1.01.04	Estoques	89.238	93.276
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.819	1.362
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.819	1.362
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	445	0
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.374	1.362
1.01.07	Despesas Antecipadas	275	127
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36.208	47.811
1.01.08.03	Outros	36.208	47.811
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	10.567
1.01.08.03.02	Créditos com Controladas	31.962	33.784
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	2.732	1.758
1.01.08.03.04	Outros	1.514	1.702
1.02	Ativo Não Circulante	362.863	355.581
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	181.995	176.007
1.02.01.03	Contas a Receber	311	357
1.02.01.03.01	Clientes	311	357
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.147	29.309
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.147	29.309
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	102.911	98.333
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	3.607	3.666
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	99.304	94.667
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	51.626	48.008
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.083	8.011
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	28.787	26.131
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.762	1.455
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	11.173	10.590
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	1.764	1.764
1.02.01.09.08	Outros	57	57
1.02.02	Investimentos	5.239	678
1.02.02.01	Participações Societárias	5.239	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.041	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	174.381	177.459
1.02.04	Intangível	1.248	1.437

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	601.392	603.992
2.01	Passivo Circulante	275.938	278.627
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.656	14.498
2.01.02	Fornecedores	76.686	86.777
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.773	18.399
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.773	18.399
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	590
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	20.162	15.739
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	4.611	2.070
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.776	97.584
2.01.05	Outras Obrigações	22.281	21.309
2.01.05.02	Outros	22.281	21.309
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	14.459	14.189
2.01.05.02.05	Outros	7.822	7.120
2.01.06	Provisões	32.766	40.060
2.01.06.02	Outras Provisões	32.766	40.060
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas em Investimentos	31.824	33.738
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	942	6.322
2.02	Passivo Não Circulante	258.782	264.501
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	47.104	44.434
2.02.02	Outras Obrigações	130.779	146.015
2.02.02.02	Outros	130.779	146.015
2.02.02.02.03	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	8.484
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	3.256	3.469
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	127.352	134.062
2.02.02.02.06	Outros	171	0
2.02.03	Tributos Diferidos	42.561	44.303
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.561	44.303
2.02.04	Provisões	38.338	29.749
2.02.04.02	Outras Provisões	38.338	29.749
2.02.04.02.04	Provisões para Perdas em Investimentos	4.363	4.256
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	33.975	25.493
2.03	Patrimônio Líquido	66.672	60.864
2.03.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.03.02	Reservas de Capital	267	267
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-95.198	-99.661
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.646	47.301

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	131.491	250.272	114.661	215.336
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-98.890	-187.471	-86.767	-162.898
3.03	Resultado Bruto	32.601	62.801	27.894	52.438
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.360	-48.859	-12.043	-24.469
3.04.01	Despesas com Vendas	-20.673	-38.624	-14.484	-26.538
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.663	-6.835	-3.139	-6.169
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.953	6.104	4.978	6.698
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	4.953	6.104	4.227	5.175
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	0	0	751	1.523
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.798	-13.737	-667	-1.153
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-5.267	-11.276	-667	-1.153
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-1.531	-2.461	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.821	4.233	1.269	2.693
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.241	13.942	15.851	27.969
3.06	Resultado Financeiro	-5.396	-9.849	-7.404	-14.628
3.06.01	Receitas Financeiras	6.709	11.962	3.080	5.783
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.643	8.906	3.035	5.783
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	2.066	3.056	45	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.105	-21.811	-10.484	-20.411
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-12.105	-21.811	-10.484	-20.311
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	0	0	0	-100
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.845	4.093	8.447	13.341
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-795	-420	-1.309	-1.454
3.08.01	Corrente	315	0	-933	-1.599
3.08.02	Diferido	-1.110	-420	-376	145
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.050	3.673	7.138	11.887
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.050	3.673	7.138	11.887
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01289	0,02310	0,04489	0,07476
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01289	0,02310	0,04489	0,07476

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	2.050	3.673	7.138	11.887
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.769	2.925	81	-135
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	395	790	395	791
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.374	2.135	-314	-926
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.819	6.598	7.219	11.752

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.414	-10.261
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	976	-1.633
6.01.03	Outros	-7.390	-8.628
6.01.03.01	Juros Pagos	-6.384	-7.690
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.006	-938
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	7.862	-5.142
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-4.583	-8.233
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-5	-4
6.02.03	Dividendos Recebidos	10.567	5.910
6.02.04	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	1.883	-2.815
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	564	13.753
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	63.742	148.625
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-54.548	-132.324
6.03.03	Captação (Pagamento) de Empresas Ligadas	-8.630	-2.548
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.012	-1.650
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.719	7.014
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.731	5.364

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-99.661	47.301	60.864
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-99.661	47.301	60.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.463	1.345	5.808
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.673	0	3.673
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	790	1.345	2.135
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	790	-790	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	2.135	2.135
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-95.198	48.646	66.672

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-133.622	47.575	27.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-133.622	47.575	27.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.678	-1.717	10.961
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.887	0	11.887
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	791	-1.717	-926
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	791	-791	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-926	-926
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-120.944	45.858	38.138

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	316.492	273.703
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	311.839	266.880
7.01.02	Outras Receitas	3.952	7.034
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	701	-211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-174.250	-141.486
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-135.249	-178.190
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.020	36.544
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	19	160
7.03	Valor Adicionado Bruto	142.242	132.217
7.04	Retenções	-7.850	-8.390
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.850	-8.390
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	134.392	123.827
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.882	20.212
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.234	2.693
7.06.02	Receitas Financeiras	13.648	17.519
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	152.274	144.039
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	152.274	144.039
7.08.01	Pessoal	46.707	37.784
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.905	32.319
7.08.01.02	Benefícios	3.945	3.235
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.857	2.230
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	72.676	61.173
7.08.02.01	Federais	37.476	31.497
7.08.02.02	Estaduais	35.029	29.611
7.08.02.03	Municipais	171	65
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.218	33.195
7.08.03.01	Juros	25.958	31.047
7.08.03.02	Aluguéis	3.260	2.148
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.673	11.887
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.673	11.887

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	572.033	567.422
1.01	Ativo Circulante	216.404	214.527
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.423	12.802
1.01.02	Aplicações Financeiras	953	1.120
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	953	1.120
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	953	1.120
1.01.03	Contas a Receber	103.734	101.491
1.01.03.01	Clientes	103.734	101.491
1.01.04	Estoques	89.268	93.745
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.488	2.154
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.488	2.154
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	2.502	215
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.986	1.939
1.01.07	Despesas Antecipadas	757	193
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.781	3.022
1.01.08.03	Outros	3.781	3.022
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	1.555	747
1.01.08.03.02	Outros	2.226	2.275
1.02	Ativo Não Circulante	355.629	352.895
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	178.948	172.899
1.02.01.03	Contas a Receber	311	357
1.02.01.03.01	Clientes	311	357
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.147	29.309
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.147	29.309
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	99.304	94.667
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	99.304	94.667
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	52.186	48.566
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.120	8.043
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	28.787	26.131
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.762	1.455
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	11.173	10.590
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	1.764	1.764
1.02.01.09.08	Outros	580	583
1.02.02	Investimentos	215	226
1.02.02.01	Participações Societárias	215	226
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	215	226
1.02.03	Imobilizado	175.122	178.226
1.02.04	Intangível	1.344	1.544

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	572.033	567.422
2.01	Passivo Circulante	247.772	251.275
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.945	15.334
2.01.02	Fornecedores	77.252	87.689
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.420	20.283
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.420	20.283
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.265	1.049
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	21.017	16.552
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	5.138	2.682
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.776	97.584
2.01.05	Outras Obrigações	20.412	24.040
2.01.05.02	Outros	20.412	24.040
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	14.764	14.659
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	0	11
2.01.05.02.06	Outros	5.648	9.370
2.01.06	Provisões	967	6.345
2.01.06.02	Outras Provisões	967	6.345
2.01.06.02.04	Provisões para Contingências	967	6.345
2.02	Passivo Não Circulante	257.576	255.311
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	47.913	45.242
2.02.02	Outras Obrigações	133.120	140.267
2.02.02.02	Outros	133.120	140.267
2.02.02.02.03	Plano de Previdência Privada	3.256	3.469
2.02.02.02.04	Parcelamento de Obrigações Tributárias	129.683	136.657
2.02.02.02.05	Outros	181	141
2.02.03	Tributos Diferidos	42.561	44.303
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.561	44.303
2.02.04	Provisões	33.982	25.499
2.02.04.02	Outras Provisões	33.982	25.499
2.02.04.02.04	Provisões para Contingências	33.982	25.499
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	66.685	60.836
2.03.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.03.02	Reservas de Capital	267	267
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-95.198	-99.699
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.646	47.301
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	13	10

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	140.572	268.271	119.769	226.194
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-98.856	-187.352	-83.368	-157.868
3.03	Resultado Bruto	41.716	80.919	36.401	68.326
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.351	-64.484	-18.938	-37.807
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.934	-46.186	-18.200	-33.351
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.805	-8.995	-4.279	-8.436
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.182	4.438	4.189	5.105
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	4.182	4.438	3.438	3.582
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	0	0	751	1.523
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.794	-13.741	-648	-1.125
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-5.263	-11.280	-648	-1.125
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-1.531	-2.461	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.365	16.435	17.463	30.519
3.06	Resultado Financeiro	-5.427	-9.815	-7.383	-14.541
3.06.01	Receitas Financeiras	6.824	12.304	3.240	6.127
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.758	9.248	3.195	6.127
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	2.066	3.056	45	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.251	-22.119	-10.623	-20.668
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-12.251	-22.119	-10.623	-20.568
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	0	0	0	-100
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.938	6.620	10.080	15.978
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.689	-2.685	-2.456	-3.559
3.08.01	Corrente	-579	-2.265	-2.080	-3.704
3.08.02	Diferido	-1.110	-420	-376	145
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.249	3.935	7.624	12.419
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-162	-221	-472	-492
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-162	-221	-472	-492
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.087	3.714	7.152	11.927

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.086	3.711	7.150	11.923
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	3	2	4
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01312	0,02334	0,04497	0,07498
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01414	0,02475	0,04795	0,07810

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.087	3.714	7.152	11.927
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.769	2.925	81	-135
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	395	790	395	791
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.374	2.135	-314	-926
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.856	6.639	7.233	11.792
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.855	6.636	7.231	11.788
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	3	2	4

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.959	-10.666
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.830	-372
6.01.03	Outros	-9.789	-10.294
6.01.03.01	Juros Pagos	-6.401	-7.690
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-3.388	-2.604
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.588	-8.401
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-4.583	-8.384
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-5	-17
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.207	16.291
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	63.755	148.615
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-54.548	-132.324
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-39	53
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	621	-2.723
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.802	8.618
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.423	5.895

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-99.699	47.301	60.826	10	60.836
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-99.699	47.301	60.826	10	60.836
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.501	1.345	5.846	3	5.849
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.711	0	3.711	3	3.714
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	790	1.345	2.135	0	2.135
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	790	-790	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	2.135	2.135	0	2.135
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-95.198	48.646	66.672	13	66.685

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-133.851	47.575	26.948	1	26.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-133.851	47.575	26.948	1	26.949
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.714	-1.717	10.997	4	11.001
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.923	0	11.923	4	11.927
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	791	-1.717	-926	0	-926
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	791	-791	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controladas Localizadas no Exterior	0	0	0	0	-926	-926	0	-926
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-121.137	45.858	37.945	5	37.950

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	333.341	283.352
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	332.544	280.306
7.01.02	Outras Receitas	45	3.221
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	752	-175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-178.871	-139.874
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-134.836	-169.848
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.835	30.306
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	21	160
7.02.04	Outros	-221	-492
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	-221	-492
7.03	Valor Adicionado Bruto	154.470	143.478
7.04	Retenções	-7.887	-8.625
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.887	-8.625
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	146.583	134.853
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.990	17.863
7.06.02	Receitas Financeiras	13.990	17.863
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	160.573	152.716
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	160.573	152.716
7.08.01	Pessoal	49.769	41.257
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.583	35.284
7.08.01.02	Benefícios	4.174	3.535
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.012	2.438
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	77.470	65.692
7.08.02.01	Federais	42.247	35.929
7.08.02.02	Estaduais	35.029	29.670
7.08.02.03	Municipais	194	93
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.620	33.840
7.08.03.01	Juros	26.296	31.380
7.08.03.02	Aluguéis	3.324	2.460
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.714	11.927
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.711	11.923
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3	4

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta informação trimestral como "Companhia" ou "Controladora", é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A empresa é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 30 de junho de 2011 60,97% das ações da sociedade. Os 39,03% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 30 de junho de 2011 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 37; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que foi constituída com o objetivo de oferecer as empresas de construção civil um atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 107 lojas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o "custo reavaliado" que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3.

a) Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b) Demonstrações contábeis intermediárias individuais

As demonstrações contábeis intermediárias individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas juntas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.1 Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Controladora	66.672	60.864	3.673	11.887
Lucro não realizado nos estoques	-	(38)	-	(193)
Reversão do lucro não realizado	-	-	38	229
Consolidado sem a participação dos não controladores	66.672	60.826	3.711	11.923

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.2.2 Demonstrações contábeis intermediárias individuais

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2.3 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das informações consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são

reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

c) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos Financeiros

2.6.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”.

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

d) Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge.

2.8 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment)* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

2.11 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

2.12 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

2.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classificada a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da

equivalência patrimonial". No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa 20).

2.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	25-40
Máquinas e equipamentos	10-15
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa 21).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa 22, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	Anos
Software	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 30 de junho de 2011 estão próximos do valor justo.

2.16 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 21.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.17 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do trimestre.

2.20 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.22 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. A participação nos resultados é registrada no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

2.23 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa 31.

2.24 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

2.25 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.26 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.27 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa 37.

2.28 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos

subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

- "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros".

- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto.

- "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado.

A administração ainda avaliará o impacto total dessas normas e alterações de normas, mas não se espera que haja algum impacto nas demonstrações contábeis intermediárias individuais ou consolidadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 30.

f) Operação descontinuada

A Companhia reconhece a descontinuação de controladas mediante aprovação do Conselho de Administração e para isso registra provisões com base no preço de liquidação de expectativas passada, constituindo o valor justo estimado de perda na descontinuação do negócio.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos Recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está calcado no transito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União para o exercício de 2011. Assim, a expectativa é que a União Federal iniciará o pagamento do precatório, com a consequente satisfação dos haveres da Companhia, ainda no ano de 2011.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no principio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber	11.918	10.201	11.918	10.201
Créditos com controladas	31.962	33.784	-	-
Adiantamento a fornecedores	33	336	33	336
Provisão para perdas em investimentos	(31.824)	(33.738)	-	-
Fornecedores	(6.741)	(5.502)	(6.741)	(5.502)
Empréstimos e financiamentos	(53.958)	(27.698)	(53.958)	(27.698)
Passivos líquidos expostos	(48.610)	(22.617)	(48.748)	(22.663)

		Em moeda estrangeira			
		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber	euro	119	214	119	214
Contas a receber	dolar	5.457	4.869	5.457	4.869
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.276	-	-
Adiantamento a fornecedores	euro	7	132	7	132
Adiantamento a fornecedores	dolar	6	23	6	23
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.386)	(20.248)	-	-
Fornecedores	euro	(1.401)	(686)	(1.401)	(686)
Fornecedores	dolar	(2.284)	(2.385)	(2.284)	(2.385)
Empréstimos e financiamentos	euro	(131)	(686)	(131)	(686)
Empréstimos e financiamentos	dolar	(34.373)	(14.624)	(34.373)	(14.624)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial líquida passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de 18 meses de suas exportações, dispondo, portanto, de “hedge”, natural em seu fluxo de caixa.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R$ 37.409 (30.216 em 31 de dezembro de 2010) e no consolidado R$ 31.368 (36.748 em 31 de dezembro de 2010). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- Re-estruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação. A re-estrutaração vem acontecendo e está evidenciada na redução do passivo circulante em excesso ao ativo circulante, mencionada acima.
- Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, obejtivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: (i) aumento de produtividade e redução de custo; (ii) substituição de equipamentos por outros de maior produtividade; (iii) lançamento de produtos inovadores; (iv) redução do portfólio com vistas à maior produtividade; (v) concentração das exportações em mercados mais rentáveis; (vi) terceirização da produção de produtos de menor margem e (vii) aumento das vendas nas lojas franqueadas, refletindo na eficiência operacional da Companhia e no aumento da rentabilidade.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2011					
Empréstimos e financiamentos	100.776	19.443	24.669	6.331	151.219
Fornecedores	76.796	-	-	-	76.796
Parcelamento de obrigações tributárias	10.226	19.871	43.344	74.073	147.514
Total	187.798	39.314	68.013	80.404	375.529

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e financiamentos	97.584	17.134	23.322	6.249	144.289
Fornecedores	86.821	-	-	-	86.821
Parcelamento de obrigações tributárias	15.739	15.739	38.433	79.890	149.801
Total	200.144	32.873	61.755	86.139	380.911

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2011					
Empréstimos e financiamentos	100.776	19.421	25.507	6.324	152.028
Fornecedores	77.362	-	-	-	77.362
Parcelamento de obrigações tributárias	10.655	20.725	44.630	74.690	150.700
Total	188.793	40.146	70.137	81.014	380.090

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e financiamentos	97.584	17.967	23.301	6.243	145.095
Fornecedores	87.733	-	-	-	87.733
Parcelamento de obrigações tributárias	16.552	16.551	39.652	80.454	153.209
Total	201.869	34.518	62.953	86.697	386.037

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 30 de junho de 2011 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 12,15% e TJLP de 6,00%. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

	Consolidado em Reais							
	30 de junho de 2011	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
Operação			%	R$	%	R$	%	R$
Empréstimos - Capital de giro	42.714	Alta CDI	12,15%	(5.190)	15,19%	(6.487)	18,23%	(7.785)
Empréstimos - BNDES	3.519	Alta TJLP	6,00%	(211)	7,50%	(264)	9,00%	(317)
Total	46.233			(5.401)		(6.751)		(8.102)
Operação								
Aplicações - Caixa e equivalentes	9.755	Baixa CDI	12,15%	1.211	9,11%	908	6,08%	605
Aplicações - Títulos e valores mobiliários	953	Baixa CDI	12,15%	113	9,11%	85	6,08%	57
Total	10.708			1.324		993		662

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 30 de junho de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro

vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	30 de junho de 2011	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa U$	Ganho (Perda)	Taxa U$	Ganho (Perda)	Taxa U$	Ganho (Perda)
Contas a receber	11.918	1,5870	-	1,9838	2.980	2,3805	5.959
Adiantamento a fornecedores	33	1,5870	-	1,9838	8	2,3805	17
Fornecedores	(6.741)	1,5870	-	1,9838	(1.685)	2,3805	(3.371)
Empréstimos e financiamentos	(53.958)	1,5870	-	1,9838	(13.490)	2,3805	(26.979)
Passivos líquidos expostos	(48.748)	1,5870	-	1,9838	(12.187)	2,3805	(24.374)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2011 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos	147.880	142.018	148.689	142.826
Parcelamento de obrigações tributárias	147.514	149.801	150.700	153.209
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(10.731)	(8.719)	(13.423)	(12.802)
Créditos com outras pessoas ligadas	(99.304)	(94.667)	(99.304)	(94.667)
Titulos e valores mobiliários	(953)	(1.120)	(953)	(1.120)
Dívida líquida	184.406	187.313	185.709	187.446
Total do patrimônio líquido	66.672	60.864	66.685	60.836
Total do capital	251.078	248.177	252.394	248.282
Índice de alavancagem financeira (%)	73	75	74	75

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R$ 25.000 em 30 de junho de 2011.

4.3 Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 – inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Os ativos financeiros e passivos financeiros, mensurados ao valor justo, foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, conforme tabela a seguir:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos				
Recebíveis				
Aplicações financeiras	9.152	4.133	9.152	4.133
Total	9.152	4.133	9.152	4.133
Passivos				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	147.880	142.018	147.880	142.018
Total	147.880	142.018	147.880	142.018

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos				
Recebíveis				
Aplicações financeiras	10.708	7.146	10.708	7.146
Total	10.708	7.146	10.708	7.146
Passivos				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	148.689	142.826	148.689	142.826
Total	148.689	142.826	148.689	142.826

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	10.731	8.719	13.423	12.802
Contas a receber de clientes	99.616	96.353	104.045	101.848
Total	110.347	105.072	117.468	114.650
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	953	1.120	953	1.120
Total	953	1.120	953	1.120
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	76.686	86.777	77.252	87.689
Empréstimos e financiamentos	147.777	141.844	148.586	142.652
Obrigações de arrendamento financeiro	103	174	103	174
Parcelamento de obrigações tributárias	147.514	149.801	150.700	153.209
Total	372.080	378.596	376.641	383.724

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de créditos de contrapartes que

são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P):

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	9.868	10.780	10.370	11.466
Grupo 2	86.927	81.148	91.363	86.310
Grupo 3	4.657	7.018	4.896	7.464
Total	101.452	98.946	106.629	105.240
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (não considerar dinheiro em caixa)				
AAA (bra)	9.275	2.136	10.895	2.263
AA+ (bra)	381	5.887	385	9.186
A+ (bra)	25	-	25	-
A (bra)	11	-	11	-
AA- (bra)	615	458	617	461
Outros	423	238	1.489	892
Total	10.730	8.719	13.422	12.802
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 3	786	745	-	-
Total	786	745	-	-

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

Apresentamos a seguir a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	S&P
Banco ABC Brasil S.A.	AA-(bra)	Aa1.br	-
Banco Alfa	AA-(bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Daycoval S.A.	A+ (bra)	-	-
Banco do Brasil S.A	AA+(bra)	-	-
Banco Fibra S.A.	A (bra)	-	-
Banco Industrial e Comercial S.A.	A+ (bra)	-	-
Banco Indusval S.A.	BBB(bra)	-	-
Banco Itaú S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Safra	AA+(bra)	Aaa.br	-
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	-	Aaa.br	-

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa	1	-	1	-
Conta corrente	2.531	5.706	3.667	6.776
Aplicações financeiras	8.199	3.013	9.755	6.026
Total	10.731	8.719	13.423	12.802

As aplicações financeiras designadas equivalentes de caixa são participações em fundos de investimentos, cuja rentabilidade no segundo trimestre de 2011 foi de 100,00% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	88.146	87.603	93.323	93.897
Clientes - mercado externo	11.918	10.201	11.918	10.201
	100.064	97.804	105.241	104.098
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.388	1.142	1.388	1.142
	1.388	1.142	1.388	1.142
Impairment de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.676)	(2.377)	(2.424)	(3.176)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(160)	(216)	(160)	(216)
	(1.836)	(2.593)	(2.584)	(3.392)
Total	99.616	96.353	104.045	101.848
Parcela do circulante	99.305	95.996	103.734	101.491
Parcela do não circulante	311	357	311	357

O valor justo das contas a receber de clientes na Controladora em 30 de junho de 2011 é R$ 99.616 (R$ 96.353 em 31 de dezembro de 2010), no Consolidado o valor justo é R$ 104.045 (R$ 101.848 em 31 de dezembro de 2010). O *impairment* das contas a receber de clientes na Controlada está registrado pelo total de R$ 1.676 (R$ 2.377 em 31 de dezembro de 2010), no consolidado o valor é R$ 2.424 (R$ 3.176 em 31 de dezembro de 2010), este é composto pela provisão para devedores duvidosos. A recomposição do valor nominal ao valor presente, redutora das duplicatas a receber, está representada pelo montante de R$ 160 (R$ 216 em 31 de dezembro de 2010).

Acredita-se que a provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	2.377	3.176
Provisão (reversão) para *impairment* de contas a receber (a)	(701)	(752)
Em 30 de junho de 2011	1.676	2.424

(a) A movimentação da provisão está apresentada pelo valor líquido das constituições e reversões.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como outras despesas comerciais. Não ocorreram baixas de contas a receber no primeiro semestre de 2011 como incobráveis.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer - não circulante	376	444	376	444
A vencer - circulante	95.538	89.700	99.328	93.846
Vencidos até 30 dias	1.779	3.177	1.782	3.657
Vencidos de 31 a 60 dias	199	1.009	207	1.262
Vencidos de 61 a 90 dias	171	519	173	725
Vencidos de 91 a 180 dias	483	1.093	1.522	2.204
Vencidos de 181 a 360 dias	1.338	736	1.582	736
Vencidos há mais de 360 dias	1.568	2.268	1.659	2.366
Total	101.452	98.946	106.629	105.240

	Controladora							
	30 de junho de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Duplicatas a vencer	Vencidas não *impaired*	Vencidas *impaired*	Total	Duplicatas a vencer	Vencidas não *impaired*	Vencidas *impaired*	Total
A vencer - não circulante	376	-	-	376	444	-	-	444
A vencer - circulante	95.538	-	-	95.538	89.700	-	-	89.700
Vencidos até 30 dias	-	1.779	-	1.779	-	3.177	-	3.177
Vencidos de 31 a 60 dias	-	199	-	199	-	1.009	-	1.009
Vencidos de 61 a 90 dias	-	170	1	171	-	507	12	519
Vencidos de 91 a 180 dias	-	479	4	483	-	1.077	16	1.093
Vencidos de 181 a 360 dias	-	1.235	103	1.338	-	655	81	736
Vencidos há mais de 360 dias	-	-	1.568	1.568	-	-	2.268	2.268
Total	95.914	3.862	1.676	101.452	90.144	6.425	2.377	98.946

	Consolidado							
	30 de junho de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Duplicatas a vencer	Vencidas não *impaired*	Vencidas *impaired*	Total	Duplicatas a vencer	Vencidas não *impaired*	Vencidas *impaired*	Total
A vencer - não circulante	376	-	-	376	444	-	-	444
A vencer - circulante	99.328	-	-	99.328	93.846	-	-	93.846
Vencidos até 30 dias	-	1.782	-	1.782	-	3.657	-	3.657
Vencidos de 31 a 60 dias	-	207	-	207	-	1.262	-	1.262
Vencidos de 61 a 90 dias	-	171	2	173	-	603	122	725
Vencidos de 91 a 180 dias	-	987	535	1.522	-	1.597	607	2.204
Vencidos de 181 a 360 dias	-	1.354	228	1.582	-	655	81	736
Vencidos há mais de 360 dias	-	-	1.659	1.659	-	-	2.366	2.366
Total	99.704	4.501	2.424	106.629	94.290	7.774	3.176	105.240

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 24. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 30 de junho de 2011, o total de contas a receber dados em garantia era de R$ 59.216 (R$ 53.345 em 31 de dezembro de 2010).

10 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são ativos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento. Em 30 de junho de 2011, estão representados por aplicações financeiras dadas em garantia a empréstimos financeiros com saldo de R$ 953 (R$ 1.120 em 31 de dezembro de 2010) e são remunerados pela variação de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com vencimento em 07 de março de 2012.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Produtos acabados	80.548	82.945	81.542	84.444
Produtos em processo	7.636	7.216	7.636	7.216
Matérias-primas e materiais de consumo	8.025	8.489	8.025	8.489
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(10.074)	(10.441)	(11.038)	(11.471)
Importações em andamento	3.103	5.067	3.103	5.067
Total	89.238	93.276	89.268	93.745

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante				
ICMS	335	236	372	273
IPI (a)	784	930	784	930
IRRF/CSRF	154	84	525	458
PIS/COFINS	-	-	2	2
Outros	101	112	303	276
Total	1.374	1.362	1.986	1.939
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	1.762	1.455	1.762	1.455
Total	1.762	1.455	1.762	1.455

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela terceira vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.542 de 2 de agosto de 2011, e será mantida até 31 de dezembro de 2012. Esta medida origina créditos que são utilizados mensalmente para compensação de tributos federais.

13 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a “Refinadora” deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da “Refinadora”.

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 30 de junho de 2011, estes créditos que também tem origem no processo 87.00.00967-9, representam R$ 99.304 (R$ 94.667 em 31 de dezembro de 2010) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, cuja expectativa de recebimento destes haveres será iniciado no exercício de 2011. Ocasião em que a Companhia poderá

iniciar o procedimento de compensação tributária, aguardar a conversão em pecúnia ou comercializar o precatório.

A Companhia já foi informada pela parte relacionada Refinadora Catarinense S/A que o Tesouro Nacional já realizou o pagamento da 1ª parcela do débito do precatório no mês de Julho de 2011.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

14 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 28) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Cível	6	6	6	6
Trabalhista	5.961	5.989	5.998	6.021
Tributária	2.116	2.016	2.116	2.016
Total	8.083	8.011	8.120	8.043

15 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contadoria apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contadoria apurou então o valor de R$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantêm estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contadoria da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como ‘condenação líquida’ o valor de R$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contadoria da Justiça Federal no montante de R$ 9.136, registrada sob rubrica “Outras receitas operacionais”. O valor do ativo em 30 de junho de 2011 é de R$ 28.787 (R$ 26.131 em 31 de dezembro de 2010).

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no ativo circulante e a provisão no passivo circulante até a apuração anual no final do período.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar estão registrados no ativo circulante e seu saldo tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda	327	-	1.828	144
Contribuição social	118	-	674	71
Total	445	-	2.502	215

O imposto de renda e a contribuição social a recolher estão registrados no passivo circulante e seu saldo tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda	-	415	1.663	732
Contribuição social	-	175	602	317
Total	-	590	2.265	1.049

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.
Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízos fiscais	8.952	8.953
Diferenças temporárias ativas	18.195	20.356
Portobello previdência	507	590
Ajuste a valor presente de clientes	55	73
Provisão para ajuste a valor de mercado	3.145	3.064
Provisão para contingências	5.312	5.568
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	1.169	936
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	5.391	4.314
Provisão para devedores duvidosos	570	808
Provisão para PPR	-	946
Provisão para contingência crédito prêmio IPI - SIMAB	-	1.896
Outras diferenças temporárias ativas	2.046	2.161
Diferenças temporárias passivas	(42.561)	(44.303)
Reserva de reavaliação	(18.739)	(19.007)
Recebíveis da Eletrobrás	(9.787)	(8.885)
Reconhecimento do Crédito Prêmio IPI - Fase II	(3.799)	(3.601)
Ajuste a valor presente - Prodec	(1.135)	(772)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(37)	(15)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.790)	(4.778)
Ajuste de variação cambial	(4.274)	(7.245)
Total	(15.414)	(14.994)

O cronograma da utilização dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporais, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	Impostos diferidos	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em :		
Até 12 meses	16.877	16.660
Mais que 12 meses	10.270	12.649
	27.147	29.309
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em :		
Até 12 meses	(4.274)	(7.246)
Mais que 12 meses	(38.287)	(37.057)
	(42.561)	(44.303)
Total	(15.414)	(14.994)

A expectativa de utilização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias é dentro dos próximos cinco anos.

A movimentação líquida no primeiro semestre de 2011 e 2010 da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
	30 de junho de 2011
Saldo inicial	(14.994)
Diferenças temporárias ativas	(2.161)
Diferenças temporárias passivas	1.473
Reserva de reavaliação	268
Saldo final	(15.414)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	Acumulado 30 de junho de 2011	Acumulado 30 de junho de 2010
	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) ao resultado
Ativo de imposto diferido				
Prejuizos fiscais	138	(3.655)	-	(3.943)
Provisões para contingências	285	(216)	(256)	(272)
Base de cálculo reduzida do PIS pelo expurgo do ICMS	131	103	234	190
Base de cálculo reduzida da COFINS pelo expurgo do ICMS	599	479	1.077	878
Portobello previdência	(37)	23	(82)	(11)
Provisão para ajuste a valor de mercado	191	(95)	81	36
Ajuste a valor presente ativo	(11)	-	(19)	-
Provisão para devedores duvidosos	(124)	93	(238)	72
Provisão para PPR	(946)	-	(946)	-
Provisão para contingência crédito prêmio IPI pós 90 - SIMAB	(1.896)	-	(1.896)	-
Outras diferenças temporárias	(77)	373	(117)	524
Total	(1.747)	(2.895)	(2.162)	(2.526)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste a valor presente ativo	-	(163)	-	(223)
Ajuste a valor presente passivo	(386)	-	(386)	-
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(6)	(322)	(12)	(522)
Provisão para contingência - Eletrobrás	(453)	(188)	(903)	(320)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(102)	(46)	(198)	(97)
Realização da reserva de reavaliação	135	134	269	269
Variações cambiais pelo regime de caixa	1.449	(100)	2.972	(538)
(-) Provisão para parcela cuja realização não está assegurada	-	3.204	-	4.102
Total	637	2.519	1.742	2.671
	(1.110)	(376)	(420)	145

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	315	(933)	(579)	(2.080)
Total do imposto corrente	315	(933)	(579)	(2.080)
Imposto diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias	(1.110)	(376)	(1.110)	(376)
Total do imposto diferido	(1.110)	(376)	(1.110)	(376)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(795)	(1.309)	(1.689)	(2.456)

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro antes do imposto	2.844	8.447	3.873	10.080
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(967)	(2.872)	(1.316)	(3.427)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	620	431	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	215	1.104	103	1.105
Depreciação de ativos reavaliados	(135)	(134)	(135)	(134)
Créditos tributários s/ prejuizos fiscais e diferenças temporárias	582	404	769	242
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.110)	(242)	(1.110)	(242)
Encargo fiscal	(795)	(1.309)	(1.689)	(2.456)

Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	(1.599)	(2.265)	(3.074)
Total do imposto corrente	-	(1.599)	(2.265)	(3.704)
Imposto diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias	(420)	145	(420)	145
Total do imposto diferido	(420)	145	(420)	145
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(420)	(1.454)	(2.685)	(3.559)

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro antes do imposto	4.092	13.341	6.555	15.978
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(1.391)	(4.536)	(2.228)	(5.433)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.440	916	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	284	1.148	189	1.148
Depreciação de ativos reavaliados	(269)	(269)	(269)	(269)
Créditos tributários s/ prejuizos fiscais e diferenças temporárias	(64)	1.142	43	850
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(420)	145	(420)	145
Encargo fiscal	(420)	(1.454)	(2.685)	(3.559)

17 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 30 de junho de 2011 é de R$ 11.173 (R$ 10.590 em 31 de dezembro de 2010).

18 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de n^{os} 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', descritos na nota explicativa 17. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem ser reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R$ 54.605 e R$ 1.848, respectivamente (vide nota explicativa 25).
Em relação ao processo nº 1998.34.00.029022-4 a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença que deverá ocorrer até dezembro de 2011 e em relação ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com IPI vincendos, assim que houver a majoração da alíquota do IPI, conforme Decreto nº 7.394 de 15 de dezembro de 2010.

19 Outros ativos realizáveis a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Depósitos em garantia	-	-	523	526
Valores a receber - SIMAB (a)	4.535	4.535	4.535	4.535
(-) Provisão para perda	(4.535)	(4.535)	(4.535)	(4.535)
Outros	57	57	57	57
Total	57	57	580	583

a) A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2007 em seu balanço o montante de contas a receber de longo prazo no valor de R$ 4.535 referente ao contrato de cessão de créditos tributários (crédito prêmio de Impostos sobre Produto Industrializado - IPI) celebrado com a SIMAB S.A. e constituiu provisão para perda no mesmo valor do ativo. A Companhia está adotando algumas medidas para requerer judicialmente o ressarcimento dos créditos cedidos, em razão da impossibilidade de compensação, conforme estipulação contratual.

20 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Investimentos	Provisão perda em investimentos
Em 31 de dezembro de 2010	480	(37.994)
Participação no resultado	4.561	(328)
Variações cambiais	-	2.135
Em 30 de junho de 2011	5.041	(36.187)
Parcela do circulante	-	31.824
Parcela do não circulante	5.041	4.363

No primeiro semestre de 2011, a provisão para perda em investimentos no montante de R$ 328 (R$ 1.257 em 30 de junho de 2010) sobre os investimentos que apresentam passivo a descoberto e a receita de equivalência patrimonial oriunda da participação na Portobello Shop S.A. de R$ 4.561 (R$ 3.950 em 30 de junho de 2010), foram registradas no resultado na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" com efeito líquido de R$ 4.233 (R$ 2.693 em 30 de junho de 2010).

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia reconheceu R$ 2.135 (R$ 926 de perdas em 31 de dezembro de 2010) de ganhos com a conversão das demonstrações financeiras da controlada Portobello América, Inc. que foram convertidas do Dólar dos Estados Unidos para o Real. Os ganhos estão registrados sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro acumulado no exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2010						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	2.000	35.738	14.521	(8.125)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.952	5.262	3.865	(968)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	17.024	16.544	40.652	10.567
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	471	1.417	2.260	(570)
Em 30 de junho de 2011						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	1.278	33.102	549	(221)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.538	4.893	135	(45)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	12.587	7.546	19.801	4.561
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	532	1.540	953	(62)

b) Outros investimentos

Em 30 de junho de 2011 a Companhia possui um saldo de R$ 198 (R$ 198 em 31 de dezembro de 2010), referente à participação de 11,72% na empresa INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural aos estados do sul do Brasil, sendo este o principal insumo da Companhia.

21 Imobilizado

a) Composição

		Controladora				Consolidado	
		30 de junho de 2011			31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		11.111	-	11.111	11.111	11.488	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	91.496	(11.600)	79.896	79.515	80.057	79.680
Máquinas e equipamentos	10%	267.197	(194.198)	72.999	78.442	72.999	78.442
Móveis e utensílios	10%	7.894	(7.022)	872	811	1.056	1.015
Computadores	20%	12.225	(11.224)	1.001	844	1.020	865
Outras imobilizações	20%	219	(162)	57	45	57	45
Imobilizações em andamento (a)		8.445	-	8.445	6.691	8.445	6.691
Total		398.587	(224.206)	174.381	177.459	175.122	178.226

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da

A Administração optou por não utilizar o custo atribuído para valorização do ativo imobilizado, uma vez que este saldo está próximo do valor justo, pois a Companhia realizou a reavaliação dos bens em 2006, (vide nota explicativa 31b).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas em 2009 e 2010.

b) Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2010	Controladora				30 de junho de 2011
	Valor líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor líquido
Terrenos	11.111	-	-	-	-	11.111
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.515	-	1.696	(1.315)	-	79.896
Máquinas e equipamentos	78.442	508	134	(6.083)	(2)	72.999
Móveis e utensílios	811	182	-	(121)	-	872
Computadores	844	139	146	(127)	(1)	1.001
Outras imobilizações	45	22	-	(10)	-	57
Imobilizações em andamento	6.691	3.732	(1.976)	-	(2)	8.445
Total	177.459	4.583	-	(7.656)	(5)	174.381

	31 de dezembro de 2010	Consolidado				30 de junho de 2011
	Valor líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor líquido
Terrenos	11.488	-	-	-	-	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.680	-	1.696	(1.319)	-	80.057
Máquinas e equipamentos	78.442	508	134	(6.083)	(2)	72.999
Móveis e utensílios	1.015	182	-	(141)	-	1.056
Computadores	865	139	146	(129)	(1)	1.020
Outras imobilizações	45	22	-	(10)	-	57
Imobilizações em andamento	6.691	3.732	(1.976)	-	(2)	8.445
Total	178.226	4.583	-	(7.682)	(5)	175.122

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Custo produto vendido	3.521	3.586	3.521	3.586
Despesa comercial	206	188	220	264
Despesa administrativa	93	85	93	85
Total	3.820	3.859	3.834	3.935

Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Custo produto vendido	7.087	6.993	7.087	6.993
Despesa comercial	399	378	425	578
Despesa administrativa	170	178	170	178
Total	7.656	7.549	7.682	7.749

A Companhia é arrendatária em operações de arrendamentos financeiros de veículos e equipamentos que estão apresentados a seguir:

	30 de junho de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Computadores	311	(118)	193	332	(108)	224
Outras imobilizações	46	(18)	28	46	(13)	33
Total	357	(136)	221	378	(121)	257

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

22 Intangível

a) Composição

		Controladora				Consolidado	
		30 de junho de 2011			31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		150	-	150	150	152	152
Softwares	20%	12.160	(11.812)	348	437	351	448
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(250)	750	850	761	864
Fundo de comércio		-	-	-	-	80	80
Total		13.310	(12.062)	1.248	1.437	1.344	1.544

b) Movimentação do intangível

	31 de dezembro de 2010	Controladora		30 de junho de 2011
	Valor líquido	Adições	Amortizações	Valor líquido
Marcas e patentes	150	-	-	150
Software	437	5	(94)	348
Direito de exploração de jazidas	850	-	(100)	750
Total	1.437	5	(194)	1.248

	31 de dezembro de 2010	Consolidado		30 de junho de 2011
	Valor líquido	Adições	Amortizações	Valor líquido
Marcas e patentes	152	-	-	152
Software	448	5	(102)	351
Direito de exploração de jazidas	864	-	(103)	761
Fundo de comércio	80	-	-	80
Total	1.544	5	(205)	1.344

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Custo produto vendido	59	163	60	170
Despesa comercial	1	1	5	7
Despesa administrativa	37	281	37	281
Total	97	445	102	458

Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Custo produto vendido	122	281	125	290
Despesa comercial	2	2	10	28
Despesa administrativa	70	558	70	558
Total	194	841	205	876

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2011	2012	2013	2014	2015
Software	98	142	77	26	8
Direito de exploração de jazidas	108	203	200	200	50
Total	206	345	277	226	58

Os itens Marcas e patentes e fundo de comércio, no montante de R$ 232, não sofrem amortização porque possuem vida útil indefinida.

23 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Fornecedores	76.796	86.821	77.362	87.733
Mercado interno	70.055	81.319	70.621	82.231
Mercado externo	6.741	5.502	6.741	5.502
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(110)	(44)	(110)	(44)
Total	76.686	86.777	77.252	87.689

24 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos 2010	Controladora		Consolidado	
			30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+5,80% a.a.[1]	3.055	6.655	3.055	6.655
Adiantamento de contrato de câmbio		VC+7,00% a.a.[1]	-	1.791	-	1.791
Pré-pagamento (a)		VC+6,07% a.a.[1]	8.682	4.627	8.682	4.627
FINIMP (b)		VC+3,87% a.a.[1]	19.730	-	19.730	-
4131 (c)		VC+4,26% a.a.	11.845	-	11.845	-
Total moeda estrangeira		VC + 4,55% a.a.	43.312	13.073	43.312	13.073
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (d)		12,80% a.a.	2.019	1.523	2.019	1.523
Exim Pré-embarque PSI (e)		7,00% a.a.	18.650	24.671	18.650	24.671
FINEP (f)		9,00% a.a.	1.008	29	1.008	29
Arrendamento financeiro		19,80% a.a.	102	136	102	136
Capital de giro no Brasil		17,26% a.a.[1]	35.298	58.152	35.298	58.152
4131 (c)		14,38% a.a[1]	387	-	387	-
Total moeda nacional		13,61% a.a.	57.464	84.511	57.464	84.511
Total do circulante			100.776	97.584	100.776	97.584
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+5,60% a.a.[1]	7.466	12.935	7.466	12.935
Pré-pagamento (a)	Jun/2012	VC+5,48% a.a.[1]	3.180	1.690	3.180	1.690
Total moeda estrangeira		VC + 5,56% a.a.	10.646	14.625	10.646	14.625
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (d)	Mar/2013	12,80% a.a.	1.500	2.500	1.500	2.500
PRODEC (g)	Fev/2015	4,00% a.a. + UFIR	6.083	4.725	6.083	4.725
FINEP (f)	Set/2018	9,00% a.a.	12.267	13.248	12.267	13.248
Arrendamento financeiro	Abr/2012	-	-	38	-	38
Capital de giro no Brasil	Dez/2013	15,93% a.a.[1]	6.608	9.298	7.417	10.106
4131 (c)	Set/2012	14,75% a.a.[1]	10.000	-	10.000	-
Total moeda nacional		11,16% a.a.	36.458	29.809	37.267	30.617
Total do não circulante			47.104	44.434	47.913	45.242
Total			147.880	142.018	148.689	142.826

[1] Taxa média
VC - Variação Cambial
UFIR - Unidade Fiscal de Referência

a) Pré-pagamento - Em 2010, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US$ 4,780. Os contratos tem prazo de até 24 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A. Em 2011, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento, no montante de U$ 5,651. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantias foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A e Portobello S.A.

b) FINIMP (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) - De fevereiro a junho de 2011, a Companhia celebrou vários contratos de FINIMP, no valor de US$ 12.638 com taxa média de 3,87% a.a, prazo de 6 meses, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, na média de 50% do saldo devedor do contrato e em CDB 20% do saldo devedor do contrato.

c) 4131 (modalidade de empréstimo em moeda estrangeira) – Em março de 2011, a Companhia celebrou dois contratos de 4131. O primeiro, no Banco Santander, é no valor de U$$ 7,500 com juros de 4,26% a.a.. O prazo é de 6 meses, sendo o pagamento efetuado no fim do contrato. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% do saldo devedor. O segundo, no Banco Itaú, é no valor de R$ 9.999 com juros de 2,57% a.a. e 100% do CDI. O prazo é 18 meses, sendo o pagamento efetuado no fim do contrato. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 60% do saldo devedor.

d) Exim Pré-embarque TJ 462 (modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados a exportação) - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de "BNDES – exim Pré-embarque TJ-462" no valor de R$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

e) Exim Pré-embarque PSI (modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados a exportação) - Em agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de "BNDES – exim Pré-embarque PSI" no valor total de R$ 16.597, com juros de 7% a.a. que serão amortizados da seguinte forma: R$ 5.597 com vencimento em 15 de dezembro de 2011, R$ 4.000 com carência de 6 meses e 12 prestações mensais e sucessivas e R$ 7.000 com carência de 12 meses e 6 prestações mensais e sucessivas. Para estes contratos foram dados em garantia os recebíveis da Portobello S.A. Em setembro de 2010 houve a liberação de R$ 8.000, com juros de 7% a.a. e prazo total de 18 meses, sendo 6 meses de carência e 12 parcelas mensais e sucessivas. Foram dados em garantia recebíveis da Companhia no valor de 50% do saldo devedor.

f) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. O desembolso previsto será de quatro parcelas, sendo que a primeira parcela no montante de R$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010 e as demais parcelas, no valor de R$ 5.572 (segunda), R$ 7.496 (terceira), R$ 3.787 (quarta) possuem prazo entre as liberações de 180 dias. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 4% a.a.

g) PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 30 de junho de 2011 foi de 10,67% ao ano).

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 30 de junho de 2011, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 43), reciprocidade com aplicações financeiras (nota explicativa 10), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R$ 9.463.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
Vencimentos em julho de	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	18.156	16.301	18.156	17.109
2013	13.206	13.485	14.015	13.485
2014	8.404	6.192	8.404	6.192
2015	1.426	2.511	1.426	2.511
2016	2.477	2.511	2.477	2.511
2017	1.963	1.962	1.963	1.962
2018	1.472	1.472	1.472	1.472
Total	47.104	44.434	47.913	45.242

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Seis meses ou menos	54.951	32.033
Seis a 12 meses	9.848	22.993
Um a cinco anos	41.246	39.835
Acima de cinco anos	4.533	5.117
Total	110.578	99.978

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Reais	93.922	114.320	94.731	115.128
Euros	297	1.540	297	1.540
Dólares dos Estados Unidos	53.661	26.158	53.661	26.158
Total	147.880	142.018	148.689	142.826

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 9,77% (11,52% em 31 de dezembro de 2010).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	107	150
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	39
Total	107	189
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(5)	(15)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	102	174
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	102	136
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	38
Total	102	174

25 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	41	9.949	10.809
	IPI	Dez/09	41	6.790	7.419
	PIS	Mar/09	32	364	413
	COFINS	Mar/09	32	1.677	1.903
	IRPJ	Mar/09	32	2.663	3.022
	CSLL	Mar/09	32	990	1.124
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	160	125.081	125.111
Total da Controladora				147.514	149.801
Parcela do circulante				20.162	15.739
Parcela do não circulante				127.352	134.062
PBTech Ltda.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	160	324	309
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	40	817	889
	PIS	Mar/09	-	-	1
	COFINS	Mar/09	32	126	143
	IRPJ	Mar/09	32	965	1.095
	CSLL	Mar/09	32	350	397
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	160	604	574
Total das Controladas				3.186	3.408
Total do Consolidado				150.700	153.209
Parcela do circulante				21.017	16.552
Parcela do não circulante				129.683	136.657

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Vencimento	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
2011	10.226	15.739	10.655	16.552
2012	19.871	15.739	20.725	16.551
2013	19.871	15.739	20.725	16.551
2014	15.087	13.650	15.450	13.994
2015	8.386	9.044	8.455	9.108
2016	8.386	9.044	8.455	9.108
2017	8.386	9.044	8.455	9.108
2018	8.386	9.044	8.455	9.108
2019	8.386	9.044	8.455	9.108
2020	8.386	9.044	8.455	9.108
2021	8.386	9.044	8.455	9.108
2022	8.386	9.044	8.455	9.108
2023	8.386	9.044	8.455	9.108
2024	6.985	7.538	7.050	7.589
Total	147.514	149.801	150.700	153.209

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R$ 3.013, sendo R$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11941 (vide nota explicativa 26).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R$ 1.140 sem atraso superior a três meses, bem como efetiva a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 17.

26 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de

2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre R$ 3.252 (vide nota explicativa 34) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Douta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa 17. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até última instância, o impacto no resultado da Companhia seria uma perda de R$ 2.523, considerando a desconfissão da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente.

27 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
IRRF	686	860	833	1.065
ICMS	2.589	537	2.589	539
PIS	230	105	276	156
COFINS	1.059	485	1.272	720
Outros	47	83	168	202
Total	4.611	2.070	5.138	2.682

28 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações:

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Cíveis	3.731	3.193	3.763	3.222
Trabalhistas	10.062	11.442	10.062	11.442
Tributárias	21.124	17.180	21.124	17.180
Total	34.917	31.815	34.949	31.844
Circulante	942	6.322	967	6.345
Não Circulante	33.975	25.493	33.982	25.499

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2010	3.193	11.442	17.180	31.815
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.369	4.287	3.944	10.600
Provisões adicionais	2.649	4.728	3.128	10.505
Reversões por não utilização	(280)	(512)	-	(792)
Decomposição do desconto	-	71	816	887
Reversões por realização	(1.831)	(5.667)	-	(7.498)
Em 30 de junho de 2011	3.731	10.062	21.124	34.917

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2010	3.222	11.442	17.180	31.844
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.373	4.287	3.944	10.604
Provisões adicionais	2.657	4.728	3.128	10.513
Reversões por não utilização	(284)	(512)	-	(796)
Decomposição do desconto	-	71	816	887
Reversões por realização	(1.832)	(5.667)	-	(7.499)
Em 30 de junho de 2011	3.763	10.062	21.124	34.949

Neste semestre ocorreram alguns eventos que alteraram substancialmente o saldo da provisão para contingências trabalhistas na Controladora e Consolidado, refletindo numa redução de R$ 1.380 quando comparado com 31 de dezembro de 2010. Parte da redução é reflexo de decisão desfavorável à Companhia, que em 31 de março de 2011 reverteu do saldo de R$ 5.559 da provisão do processo trabalhista de n° 158600-62.2006.05.0029, constituindo contas a pagar até que todos os cálculos sejam determinados pela Justiça do Trabalho. Ainda neste semestre, ocorreram alguns eventos determinantes ao complemento da provisão trabalhista em R$ 4.287, líquida de reversão por não utilização e de decomposição do desconto, que diminuíram o reflexo da reversão mencionada acima, mas que teve influência no aumento das despesas operacionais, conforme descrito na nota explicativa 34.

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 144 ações cíveis (142 ações em 31 de dezembro de 2010), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa 14).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa 29.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 74 reclamações trabalhistas (91 reclamações em 31 de dezembro de 2010), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão subsidiados por depósitos judiciais (nota explicativa 14).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa 29.

Tributárias

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.
A Companhia impetrante afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando a impetrante ao recolhimento da contribuição. Entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas. Pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 30 de junho de 2011 somam R$ 1.829 (R$ 1.741 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo.
Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 30 de junho de 2011 somam R$ 19.295 (R$ 15.439 em 31 de dezembro 2010).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no exercício.

29 Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, os assessores jurídicos da Companhia estimaram os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, há a possibilidade de serem incorridas perdas nas áreas cíveis e trabalhistas, a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Cíveis	703	650	727	674
Trabalhistas	5.280	5.226	5.280	5.226
Total	5.983	5.876	6.007	5.900

30 Benefícios a empregados

30.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 01 de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 48 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 30 de junho de 2011, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R$ 3.256 (R$ 3.469 em 31 de dezembro de 2010) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

30.2 Despesas de benefícios a empregados

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Remuneração	17.767	15.004	19.117	16.163
Benefícios				
Plano de previdência	162	146	222	199
FGTS	1.437	1.188	1.517	1.259
Outros	1.929	1.556	1.979	1.607
Total	21.295	17.894	22.835	19.228

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2009
Remuneração	33.840	27.445	36.426	29.676
Benefícios				
Plano de previdência	319	281	438	388
FGTS	2.809	2.186	2.963	2.395
Outros	3.563	2.896	3.666	2.996
Total	40.531	32.808	43.493	35.455

31 Patrimônio líquido

a) Capital social

(valores integrais, não arredondados)

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 112.957.487 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 30 de junho de 2011 havia 61.947.847 ações em circulação, o equivalente a 38,95% do total de ações emitidas (112.655.178 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 70,85% do total). Compreende

o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O acordo de acionistas celebrado em 15 de abril de 2011 formalizou os ajustes que entre si fizeram, referentes às regras e aos procedimentos que regularão o exercício do poder de controle da Companhia por eles e que diminuiu o percentual das ações em circulação.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, este que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondente a reserva de reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa 16(b).

Considerando o complemento das reservas de reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R$ 46.082 em 30 de junho de 2011 (R$ 46.872 em 31 de dezembro de 2010), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no trimestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R$ 790 (R$ 791 em 30 de junho de 2010), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R$ 18.739 (R$ 19.007 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia optou por manter o saldo das reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2006 até sua total realização, em consonância com a Lei 11.638/07.

c) Prejuízos acumulados

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	(99.661)	(99.699)
Realização da reserva de reavaliação	790	790
Lucro do semestre (sem a participação dos não controladores)	3.673	3.711
Em 30 de junho de 2011	(95.198)	(95.198)

32 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício, é como segue:

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receita bruta de vendas	167.624	145.900	177.701	152.120
Deduções da receita bruta	(36.133)	(31.239)	(37.129)	(32.351)
Receita líquida de vendas	131.491	114.661	140.572	119.769
Mercado interno	122.482	101.788	129.276	108.386
Mercado externo	9.009	12.873	11.296	11.383

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receita bruta de vendas	319.998	273.126	339.987	286.038
Deduções da receita bruta	(69.726)	(57.790)	(71.716)	(59.844)
Receita líquida de vendas	250.272	215.336	268.271	226.194
Mercado interno	234.358	191.309	247.813	203.771
Mercado externo	15.914	24.027	20.458	22.423

33 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 30 de junho de 2011 são os seguintes:

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	6.242	(3.214)	6.242	(3.214)
Custos diretos de produção	44.246	49.532	43.843	49.117
Custo das mercadorias revendidas	18.828	11.563	19.195	11.577
Benefícios a empregados	21.295	17.894	22.835	19.228
Mão de obra e serviços de terceiros	4.102	3.510	5.912	3.726
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	788	933	788	933
Despesas com marketing e publicidade	1.640	1.299	2.808	1.460
Outras despesas comerciais	9.103	6.447	9.911	6.580
Amortização e depreciação	3.895	4.166	3.913	3.966
Outros gastos	13.087	12.260	13.148	12.474
Total	123.226	104.390	128.595	105.847

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(2.895)	(4.046)	(2.895)	(4.046)
Custos diretos de produção	95.551	92.673	94.690	91.901
Custo das mercadorias revendidas	37.546	17.584	38.284	17.800
Benefícios a empregados	40.531	32.808	43.493	35.455
Mão de obra e serviços de terceiros	7.686	6.941	10.624	7.767
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	1.415	1.636	1.415	1.636
Despesas com marketing e publicidade	2.831	2.200	5.049	2.789
Outras despesas comerciais	17.273	12.144	18.676	12.578
Amortização e depreciação	7.797	8.112	7.834	7.973
Outros gastos	25.195	25.553	25.363	25.802
Total	232.930	195.605	242.533	199.655

34 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são as seguintes:

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	-	86	-	86
Receita de serviços com partes relacionadas	774	794	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	292	93	292	93
Utilização de créditos tributários para MP 470 (nota 26)	-	3.252	-	3.252
Participação nos lucros, saldo líquido da reversão	252	-	252	-
Consolidação parcelamento lei 11941/09 (nota 25 (a))	3.613	-	3.613	-
Outras receitas	22	2	25	7
Total	4.953	4.227	4.182	3.438
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências trabalhistas (nota 28)	(439)	(196)	(439)	(196)
Provisão para contingências cíveis (nota 28)	(710)	(40)	(708)	(48)
Tributos sobre outras receitas	(148)	(54)	(148)	(54)
Indenização sobre contrato de terceiros	-	-	-	-
Tributos e taxas municipais (b)	-	(207)	-	(207)
Custo de Ociosidade (c)	(3.610)	-	(3.610)	-
Gastos com adaptação às normas ambientais	(337)	-	(337)	-
Outras despesas	(23)	(170)	(21)	(143)
Total	(5.267)	(667)	(5.263)	(648)
Total líquido	(314)	3.560	(1.081)	2.790

(a) Durante o exercício de 2009 foi reconhecido crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de peças de reposição e manutenção de máquinas e equipamentos, do período de janeiro de 2006 a junho de 2009. O resultado do trabalho de revisão da apuração destes tributos estão sustentados por parecer de advogados independentes.

(b) Pedido de ressarcimento de tributos municipais indeferido no segundo trimestre de 2010.

(c) Durante o segundo trimestre de 2011, houve a redução do volume de produção como parte de ações estratégicas da Companhia para adequar seus níveis de estoque. Desta forma parte dos custos fixos incorridos no período foram reconhecidos diretamente no resultado, a fim de não mensurar os produtos elaborados a um valor acima de seu custo normal. O tratamento contábil está de acordo com o CPC 16.

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	-	86	-	86
Receita de serviços com partes relacionadas	1.674	1.607	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	425	199	425	199
Utilização de créditos tributários para MP 470 (nota 26)	-	3.252	-	3.252
Participação nos lucros, saldo líquido da reversão	252	-	252	-
Consolidação parcelamento lei 11941/09 (nota 25 (a))	3.613	-	3.613	-
Outras receitas	140	31	148	45
Total	6.104	5.175	4.438	3.582
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências trabalhistas (nota 28)	(4.287)	(452)	(4.287)	(452)
Provisão para contingências cíveis (nota 28)	(2.369)	(42)	(2.373)	(49)
Tributos sobre outras receitas	(263)	(104)	(263)	(104)
Indenização sobre contrato de terceiros	-	(121)	-	(121)
Tributos e taxas municipais (b)	-	(207)	-	(207)
Custo de Ociosidade (c)	(3.610)	-	(3.610)	-
Gastos com adaptação às normas ambientais	(701)	-	(701)	-
Outras despesas	(46)	(227)	(46)	(192)
Total	(11.276)	(1.153)	(11.280)	(1.125)
Total líquido	(5.172)	4.022	(6.842)	2.457

(a) Durante o exercício de 2009 foi reconhecido crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de peças de reposição e manutenção de máquinas e equipamentos, do período de janeiro de 2006 a junho de 2009. O resultado do trabalho de revisão da apuração destes tributos estão sustentados por parecer de advogados independentes.

(b) Pedido de ressarcimento de tributos municipais indeferido no segundo trimestre de 2010.

(c) Durante o segundo trimestre de 2011, houve a redução do volume de produção como parte de ações estratégicas da Companhia para adequar seus níveis de estoque. Desta forma parte dos custos fixos incorridos no período foram reconhecidos diretamente no resultado, a fim de não mensurar os produtos elaborados a um valor acima de seu custo normal. O tratamento contábil está de acordo com o CPC 16.

35 Outros ganhos (perdas), líquidos

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Variação cambial líquida		
Contas a receber	(1.753)	560
Fornecedores	222	186
Comissões	-	5
Total	(1.531)	751

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Variação cambial líquida		
Contas a receber	(2.646)	1.496
Fornecedores	181	16
Comissões	4	11
Total	(2.461)	1.523

36 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado para o trimestre findo em 30 de junho de 2011 é o seguinte:

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receitas financeiras				
Juros	486	129	551	271
Descontos recebidos	40	21	88	39
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 15)	1.332	793	1.332	793
Atualização do ativo tributário (nota 17(a))	302	217	302	217
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 13) (a)	2.365	1.875	2.365	1.875
Atualização de depósitos judiciais tributários e trabalhistas	8	-	8	-
Recomposição do valor nominal ao valor presente (nota 9)	33	-	33	-
Recomposição do valor nominal ao valor presente (nota 23)	77	-	77	-
Outros	-	-	2	-
Total	4.643	3.035	4.758	3.195
Despesas financeiras				
Juros	(3.953)	(5.372)	(4.004)	(5.431)
Obrigações de arrendamento financeiro	(4)	(25)	(4)	(25)
Encargos financeiros com tributos	(4.049)	(3.232)	(4.133)	(3.278)
Consolidação Lei 11.941 (nota 25 (a))	(600)	-	(600)	-
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 28)	(560)	(298)	(560)	(298)
Comissões e taxas de serviços	(299)	(967)	(304)	(974)
Deságios/despesas bancárias	(1.611)	(208)	(1.611)	(208)
Descontos concedidos	(338)	(143)	(341)	(144)
IOF	(28)	(143)	(28)	(143)
Imposto de renda s/ operações financeiras	(661)	(96)	(661)	(96)
Outros	(2)	-	(5)	(26)
Total	(12.105)	(10.484)	(12.251)	(10.623)
Variação cambial líquida				
Aplicações financeiras	(21)	5	(21)	5
Empréstimos e financiamentos	2.087	40	2.087	40
Total	2.066	45	2.066	45
Total líquido	(5.396)	(7.404)	(5.427)	(7.383)

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receitas financeiras				
Juros	822	395	1.106	720
Descontos recebidos	77	49	133	68
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 15)	2.656	1.346	2.656	1.346
Atualização do ativo tributário (nota 17(a))	583	415	583	415
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 13)	4.627	3.578	4.627	3.578
Atualização de depósitos judiciais tributários e trabalhistas	8	-	8	-
Recomposição do valor nominal ao valor presente (nota 9)	56	-	56	-
Recomposição do valor nominal ao valor presente (nota 23)	77	-	77	-
Outros	-	-	2	-
Total	8.906	5.783	9.248	6.127
Despesas financeiras				
Juros	(8.650)	(10.999)	(8.761)	(11.102)
Obrigações de arrendamento financeiro	(9)	(49)	(9)	(49)
Encargos financeiros com tributos	(7.970)	(6.326)	(8.137)	(6.402)
Consolidação Lei 11.941 (nota 25 (a))	(600)	-	(600)	-
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 28)	(816)	(460)	(816)	(460)
Comissões e taxas de serviços	(646)	(1.189)	(656)	(1.201)
Deságios/despesas bancárias	(1.665)	(518)	(1.665)	(518)
Descontos concedidos	(558)	(170)	(565)	(172)
IOF	(189)	(361)	(189)	(361)
Imposto de renda s/ operações financeiras	(692)	(239)	(692)	(239)
Decomposição do valor nominal ao valor presente (nota 23)	(11)	-	(11)	-
Outros	(5)	-	(18)	(64)
Total	(21.811)	(20.311)	(22.119)	(20.568)
Variação cambial líquida				
Aplicações financeiras	(30)	212	(30)	212
Empréstimos e financiamentos	3.086	(312)	3.086	(312)
Total	3.056	(100)	3.056	(100)
Total líquido	(9.849)	(14.628)	(9.815)	(14.541)

37 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para trimestre findo em 30 de junho de 2011, são resumidos a seguir:

Ativo	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	Passivo	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante	1.278	2.000	Circulante	33.102	36.038
Disponibilidades	1.053	632	Fornecedores	93	299
Clientes	148	1.158	Obrigações sociais e trabalhistas	14	58
Estoques	30	160	Outros	1.033	1.897
Outros	47	50	Dívidas com pessoas ligadas	31.962	33.784
			Patrimônio líquido	(31.824)	(34.038)
Total do ativo	1.278	2.000	Total do passivo	1.278	2.000

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa 20), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada.

	Movimentação do 2º trimestre de 2011		Movimentação do 1º semestre de 2011	
Resultado das operações descontinuadas	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receita líquida	549	6.299	1.098	10.166
Custo de produtos (serviços)	(480)	(4.692)	(952)	(7.504)
Lucro bruto	69	1.607	146	2.662
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(284)	(2.026)	(418)	(3.054)
Resultado financeiro	(6)	(25)	(8)	(62)
Outras despesas operacionais	-	(28)	-	(38)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(221)	(472)	(280)	(492)
Resultado líquido das operações descontinuadas	(221)	(472)	(280)	(492)

38 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010			
	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.050	7.138	2.086	7.150
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação básico por ação	0,01	0,04	0,01	0,04
Resultado das operações continuadas	2.050	7.138	2.248	7.622
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(162)	(472)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,01289	0,04489	0,01414	0,04793
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00102)	(0,00297)

	Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010			
	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	3.673	11.887	3.711	11.923
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação básico por ação	0,02	0,07	0,02	0,07
Resultado das operações continuadas	3.673	11.887	3.932	12.415
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(221)	(492)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,02310	0,07476	0,02473	0,07808
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00139)	(0,00309)

A Companhia não possui, nem possuiu durante os exercícios de 2010 e 2009, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa 31). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

39 Caixa gerado nas operações

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro/prejuízo do exercício antes dos tributos		2.845	8.447	3.938	10.080
Ajustes		2.989	8.925	7.100	12.359
Depreciação e amortização	21 e 22	3.917	4.304	3.936	4.393
Equivalencia patrimonial	20	(1.821)	(1.269)	-	-
Variação cambial não realizada		(712)	(305)	1.651	1.625
Provisão de estoque a valor de mercado	11	338	539	295	542
Provisão para devedores duvidosos	9	(366)	271	(400)	246
Provisão para contingências	28	2.423	780	2.420	788
Provisões de obrigações trabalhistas		2.635	2.591	2.917	2.782
Outras provisões		(391)	146	(391)	146
Custo residual de imobilizado e intangível baixado	21 e 22	2	-	2	-
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	34	(6.401)	(2.906)	(6.773)	(2.906)
Ativo tributário	17	-	139	-	139
Parcelamentos tributários	25 e 26	(3.613)	(3.252)	(3.613)	(3.252)
Tributos e taxas municipais		-	207	-	207
Participação nos lucros		(2.783)	-	(3.155)	-
Outras		(5)	-	(5)	-
Atualizações		(602)	112	(521)	188
Empréstimo compulsório Eletrobrás	15	(1.332)	(793)	(1.332)	(793)
Ativos tributários	17	(302)	(217)	(302)	(217)
Contas a receber com partes relacionadas	13	(2.365)	(1.875)	(2.365)	(1.875)
Depósitos judiciais	14	(8)	-	(8)	-
Decomposição do valor nominal de fornecedores	23	(77)	-	(77)	-
Decomposição de desconto de provisões para contingências	28	560	298	560	298
Recomposição ao valor presente de contas a receber	9	(33)	-	(33)	-
Outros		(1.057)	(480)	(1.057)	(480)
Encargos financeiros com tributos parcelados		4.012	3.179	4.093	3.255
Despesa financeira oriunda de parcelamentos tributários	25	600	-	600	-
Outras receitas e despesas financeiras		-	-	(43)	-
Juros provisionados de empréstimos		3.367	4.662	3.407	4.555
Variações nos ativos e passivos		(6.812)	(16.317)	(11.523)	(21.318)
(Aumento)/redução do contas a receber	9	(9.677)	(6.240)	(8.636)	(7.400)
Aumento/(redução) de adiantamento de clientes		(126)	(2.209)	(162)	(3.368)
(Aumento)/redução de títulos e valores mobiliários	10	(24)	(125)	(24)	(125)
(Aumento)/redução do estoque	11	10.017	(6.743)	10.028	(6.606)
(Aumento)/redução de outros ativos		131	(127)	(48)	(95)
(Aumento)/redução de depósitos judiciais	14	(9)	(144)	(8)	(166)
(Aumento)/redução de ativos não circulantes		(186)	25	(186)	25
Aumento/(redução) do contas a pagar		(6.512)	4.417	(7.344)	4.120
(Aumento)/redução de adiantamento a fornecedores		(767)	(882)	(621)	(41)
Aumento/(redução) de parcelamentos	25	(4.310)	(5.115)	(4.501)	(5.295)
Aumento/(redução) de obrigações fiscais		372	61	377	89
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		889	871	847	402
Aumento/(redução) de outras contas a pagar		3.328	53	(418)	(464)
Aumento/(redução) de outras contas a pagar não circulante		62	(159)	(827)	(2.394)
Caixa gerado nas operações		(978)	1.055	(485)	1.121

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro/prejuízo do exercício antes dos tributos		4.093	13.341	6.620	15.978
Ajustes		9.191	19.291	15.514	24.170
Depreciação e amortização	21 e 22	7.850	8.390	7.887	8.625
Equivalencia patrimonial	20	(4.233)	(2.693)	-	-
Variação cambial não realizada		(466)	(789)	1.590	1.154
Provisão de estoque a valor de mercado	11	(367)	1.250	(433)	1.119
Provisão para devedores duvidosos	9	(701)	211	(752)	175
Provisão para contingências	28	2.286	1.880	2.289	1.887
Provisões de obrigações trabalhistas		3.793	3.827	4.252	4.137
Outras provisões		211	235	211	235
Custo residual de imobilizado e intangível baixado	21 e 22	5	-	5	-
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	34	(6.406)	(2.906)	(6.778)	(2.906)
Ativo tributário	17	-	139	-	139
Parcelamentos tributários	25 e 26	(3.613)	(3.252)	(3.613)	(3.252)
Tributos e taxas municipais		-	207	-	207
Participação nos lucros		(2.783)	-	(3.155)	-
Outras		(10)	-	(10)	-
Atualizações		(362)	635	(199)	783
Empréstimo compulsório Eletrobrás	15	(2.656)	(1.346)	(2.656)	(1.346)
Ativos tributários	17	(583)	(415)	(583)	(415)
Contas a receber com partes relacionadas	13	(4.627)	(3.578)	(4.627)	(3.578)
Depósitos judiciais	14	(8)	-	(8)	-
Decomposição do valor nominal de fornecedores	23	(66)	-	(66)	-
Decomposição de desconto de provisões para contingências	28	816	460	816	460
Recomposição ao valor presente de contas a receber	9	(56)	-	(56)	-
Outros		(1.068)	(656)	(1.068)	(656)
Encargos financeiros com tributos parcelados		7.886	6.170	8.049	6.318
Despesa financeira oriunda de parcelamentos tributários	25	600	-	600	-
Outras receitas e despesas financeiras		-	-	(43)	-
Juros provisionados de empréstimos		6.981	9.251	6.885	8.961
Variações nos ativos e passivos		(12.308)	(34.265)	(16.304)	(40.520)
(Aumento)/redução do contas a receber	9	(4.819)	(13.227)	(3.767)	(14.753)
Aumento/(redução) de adiantamento de clientes		270	(3.044)	105	(3.798)
(Aumento)/redução de títulos e valores mobiliários	10	167	2.597	167	2.597
(Aumento)/redução do estoque	11	4.405	(7.104)	4.908	(6.379)
(Aumento)/redução de outros ativos		589	1.555	540	1.039
(Aumento)/redução de depósitos judiciais	14	(64)	(378)	(69)	(421)
(Aumento)/redução de ativos não circulantes		(239)	169	(239)	169
Aumento/(redução) do contas a pagar		(10.032)	(1.627)	(10.374)	(2.644)
(Aumento)/redução de adiantamento a fornecedores		(974)	(519)	(808)	322
Aumento/(redução) de parcelamentos	25	(7.160)	(10.127)	(7.544)	(10.483)
Aumento/(redução) de obrigações fiscais		1.952	879	1.407	996
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		364	857	138	272
Aumento/(redução) de outras contas a pagar		3.273	136	(781)	(61)
Aumento/(redução) de outras contas a pagar não circulante		(40)	(4.432)	13	(7.376)
Caixa gerado nas operações		976	(1.633)	5.830	(372)

A principal transação não monetária nos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 foi a variação cambial de controlada no exterior.

40 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.
A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos são as seguintes:

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Em 30 de junho de 2011		
Operações continuadas	Brasil	Outros Países	Total
Receita	129.276	11.296	140.572
Custo dos produtos vendidos	(88.461)	(10.395)	(98.856)
Lucro operacional bruto	40.815	901	41.716
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(28.139)	(1.600)	(29.739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.007)	(74)	(1.081)
Outras ganhos (perdas), líquidos	(1.408)	(123)	(1.531)
	(30.554)	(1.797)	(32.351)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	10.261	(896)	9.365
% sobre a ROL	8%	-8%	7%

	Em 30 de junho de 2010		
Operações continuadas	Brasil	Outros Países	Total
Receita	108.386	11.383	119.769
Custo dos produtos vendidos	(73.735)	(9.633)	(83.368)
Lucro operacional bruto	34.651	1.750	36.401
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(21.361)	(1.118)	(22.479)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.525	265	2.790
Outras ganhos (perdas), líquidos	680	71	751
	(18.157)	(781)	(18.938)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	16.494	969	17.463
% sobre a ROL	15%	9%	15%

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Em 30 de junho de 2011		
Operações continuadas	Brasil	Outros Países	Total
Receita	247.813	20.458	268.271
Custo dos produtos vendidos	(168.023)	(19.329)	(187.352)
Lucro operacional bruto	79.790	1.129	80.919
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(52.329)	(2.852)	(55.181)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.373)	(469)	(6.842)
Outras ganhos (perdas), líquidos	(2.271)	(190)	(2.461)
	(60.973)	(3.511)	(64.484)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	18.817	(2.382)	16.435
% sobre a ROL	8%	-12%	6%

	Em 30 de junho de 2010		
Operações continuadas	Brasil	Outros Países	Total
Receita	203.771	22.423	226.194
Custo dos produtos vendidos	(138.976)	(18.892)	(157.868)
Lucro operacional bruto	64.795	3.531	68.326
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(39.651)	(2.136)	(41.787)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.227	230	2.457
Outras ganhos (perdas), líquidos	1.372	151	1.523
	(36.053)	(1.754)	(37.807)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	28.742	1.777	30.519
% sobre a ROL	14%	8%	13%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

41 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 30 de junho de 2011 somam o montante de R$ 2.157.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes períodos seguintes é:

	Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Menos de um ano	367	472
Mais de um ano e menos de cinco anos	124	277
Total	491	749

42 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2011, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
Coberturas	2011
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	2.500
Responsabilidade civil - empregador	2.500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	27.282

A vigência da apólice corresponde ao período de 15 de novembro de 2010 até 15 de novembro de 2011, quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

43 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

		Controladora	
		Ativo (Passivo)	
	Natureza	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Transações com controladas			
Portobello América, Inc.	Créditos com Controladas - Contas a receber	31.962	33.784
Portobello Shop S.A.	Dividendos a receber	-	10.567
	Créditos com Controladas	4	-
	Dividendos antecipados	3.515	-
	Dívidas com controlada	-	(8.484)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Créditos com Controladas - Contas a receber	2.817	2.921
	Créditos com Controladas - Mútuo	786	745
Mineração Portobello Ltda.	Adiantamento a fornecedores	1.185	1.020
Transações com empresas ligadas			
Refinadora Catarinense S.A.	Valores a receber	99.304	94.667
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	702	538
	Adiantamento de clientes	(455)	(627)
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	686	604
	Adiantamento de clientes	(227)	(60)
		140.279	135.675

		Controladora			
		Receita (Despesa)			
		2º trimestre 2011		1º semestre 2011	
	Natureza	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Transações com controladas					
Portobello América, Inc.	Venda de produtos	-	3.708	-	5.810
Portobello Shop S.A.	Prestação de serviços	1.525	1.524	3.050	3.049
	Custo dos serviços prestados	(754)	(733)	(1.381)	(1.448)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Venda de produtos	20	506	73	608
Mineração Portobello Ltda.	Compra de produtos	(403)	(415)	(860)	(772)
Transações com empresas ligadas					
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Venda de produtos	2.991	2.506	5.416	4.358
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Venda de produtos	1.476	-	2.569	-
FHM Consult., Adm. e Part. Ltda.	Consultoria pessoa jurídica	-	(75)	-	(150)
		4.855	7.021	8.867	11.455

O preço de venda de produtos da Controladora para a controlada Portobello América Inc. é o custo do produto acrescido de 15%, e as operações realizadas com as demais empresas relacionadas, são nas mesmas condições praticadas em mercado.

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possui vencimento em 31 de dezembro de 2011.

Foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. Estes em 30 de junho de 2011 somavam R$ 4.890. A controlada também é avalista da Companhia em alguns financiamentos.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de três franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

		Ativo (Passivo)	
	Natureza	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Transações com controladas			
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Contas a receber	-	11
Transações com empresas ligadas			
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	279	323
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	117	160
		396	494

		Receita (Despesa)			
		2º trimestre 2011		1º semestre 2011	
	Natureza	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Transações com controladas					
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Royalties	5	113	20	140
Transações com empresas ligadas					
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Royalties	688	658	1.310	1.151
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Royalties	368	-	652	-
		1.061	771	1.982	1.291

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas nos trimestre findo em 30 de junho de 2011 são:

a) Movimentação do 2º trimestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Remuneração fixa				
Salários	1.483	1.255	1.757	1.494
Honorários	428	396	692	641
Remuneração variável	1.745	247	2.044	285
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-		-	
Plano de previdência	109	117	165	168
Outros	203	178	259	222
	3.968	2.193	4.917	2.810

* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

b) Movimentação do 1º semestre de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Remuneração fixa				
Salários	2.836	2.326	3.381	2.806
Honorários	856	792	1.384	1.282
Remuneração variável	2.010	428	2.361	499
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-		-	
Plano de previdência	219	221	330	323
Outros	404	339	515	430
	6.325	4.106	7.971	5.340

* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2011 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global do Conselho de Administração no montante máximo R$ 5.100 (R$ 4.320 aprovado em 19 de abril de 2010) e também fixou a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) da remuneração dos Diretores.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO 2T11

A Portobello S.A. (BM&FBOVESPA - código: PTBL3), líder no segmento de revestimentos cerâmicos na América do Sul, listada no segmento tradicional da BOVESPA desde 1991 até 2008, quando aderiu ao Novo Mercado, apresenta seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2011 (2T11 e 1S11). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o segundo trimestre de 2010 e 2009.

DESTAQUES 2T11

- Receita líquida alcançou R$ 141 milhões, 17% superior à do 2T10;
- Receita de vendas no mercado interno cresceu 22% quando comparado com 1S10, enquanto que o índice setorial (ABRAMAT) ficou em 10%;
- Lucro bruto totalizou R$ 42 milhões, evolução de 15% quando comparado ao 2T10;
- Conclusão do processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941;
- Conclusão do programa de reengenharia fabril desenvolvido neste segundo trimestre.

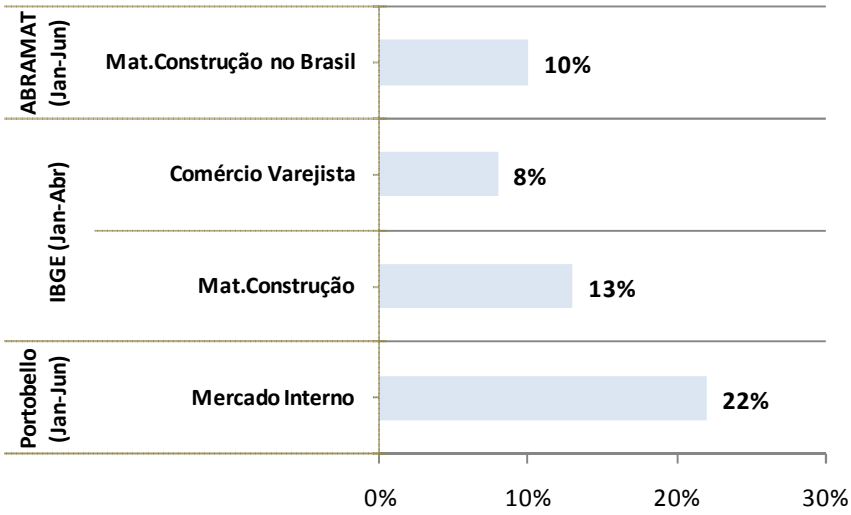
Mensagem da Administração

A Portobello vem aproveitando o bom momento do mercado de construção civil e, além do crescimento tanto no volume de vendas como na receita, aumentou sua participação no mercado doméstico no segundo trimestre de 2011. No primeiro semestre de 2011, a receita líquida no mercado doméstico apresentou expressivo crescimento de 22%, resultado da ampliação de sua competitividade no mercado imobiliário com atuação crescente nas grandes construtoras bem como na ampliação significativa nas vendas para sua rede de mais de 100 lojas franqueadas. Crescem também as vendas nos grandes *"home centers"* brasileiros. O foco no mercado domestico e a introdução de novas tecnologias também ampliaram as vendas de novos produtos com diferencial de design, inovação e rentabilidade.

Apesar do crescimento do mercado de aproximadamente 10% no indicador setorial (ABRAMAT), a expectativa inicial era de um crescimento ainda maior do mercado de materiais de construção, o que acabou não se confirmando nos primeiros meses do ano. Com o mercado não tão demandado neste período, a Companhia aproveitou a oportunidade para acelerar seu programa de reengenharia com objetivo de melhorias em seu parque fabril, adequando suas linhas de produção ao novo mix de produtos e introduzindo a tecnologia digital de impressão que ampliaram sua competitividade e poder de inovação. Este processo foi concluído neste último trimestre. Com isto, o resultado operacional foi afetado pelos gastos pontuais de ajuste fabril. Além disto, a Companhia enfrentou neste segundo trimestre, custos extraordinários na área de armazenagem e logística, decorrente de severas intempéries que abateram os estoques com perdas de materiais e gastos adicionais de embalagem, estocagem e distribuição.

Com estas ações, a Companhia apresentou crescimento no semestre de 19% na receita liquida e de 18% no lucro bruto. Já o lucro liquido de R$ 4 milhões neste semestre foi inferior ao do mesmo período em 2010, quando a Companhia apurou resultado líquido de R$ 12 milhões, em decorrência como já citado, principalmente das despesas excepcionais e não recorrentes de adequação fabril e logística.

Desempenho da Receita Líquida - 1S11/1S10



A Portobello está confiante na evolução dos resultados da Companhia em 2011. O próprio desempenho da empresa no mês de julho com faturamento recorde e crescimentos de 17% na receita líquida em relação a igual mês do ano anterior, já reflete a expectativa de crescimento dos resultados no segundo semestre deste ano. Reforça esta tendência, além das medidas já tomadas de adequação industrial e logística, ações complementares tais como: (i) terceirização da produção de produtos de menor margem; (ii) continuidade dos planos de redução de custos e perdas fabris; (iii) crescimento das vendas nas lojas Portobello Shop que apresentam mix e rentabilidade crescentes; (iv) limitação crescente da exportação, cada vez mais focada nos países e produtos de melhor rentabilidade; e (v) redução de capital de giro, fruto do estoque otimizado ao longo dos últimos meses, refletindo em ganhos de margens operacionais e na rentabilidade liquida da Companhia.

Perspectivas

- A Portobello espera a continuidade da forte demanda para materiais de construção, também influenciada pela isenção do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados até o final de 2012, como incentivo do governo para construção civil, porém mais contida que em 2010;

- A Companhia acredita e tem direcionado os seus esforços no aumento de *"market share"* e foco ainda maior no mercado doméstico;

- Continuidade nos ganhos de produtividade com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade. As prováveis pressões inflacionárias nos custos dos insumos necessitarão ser neutralizados por ganhos de produtividade, que a Companhia espera obter com as medidas administrativas em curso somado aos investimentos orçados.

- A Companhia continuará trabalhando em ações comerciais para reduzir a necessidade de capital de giro decorrente de estoques em processo e acabados;

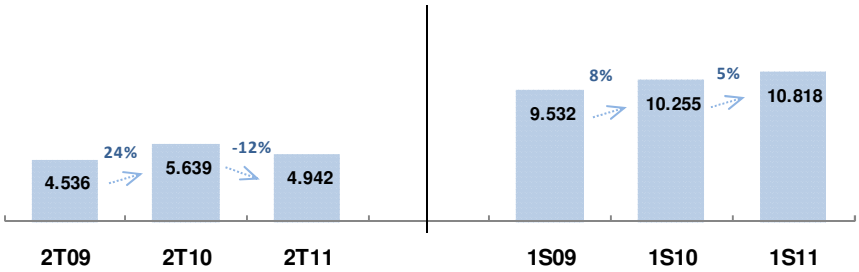
- A Companhia vem desenvolvendo ações internas de forma a minimizar seus desafios na área de logística;

- Manutenção nos níveis de participação de produtos adquiridos de terceiros para revenda, inclusive importados, na receita da Portobello;

Desempenho da Produção

O volume produzido atingiu 4.942 mil m² no 2T11, 12% inferior à do 2T10, decorrente da evolução do mix de produtos produzidos internamente e principalmente do esforço concentrado nos últimos meses de readequação das linhas fabris. No 1S11, a produção totalizou 10.818 mil m², 5% superior a igual período de 2010.

Produção
(Mil m²)



O volume de produtos adquiridos de terceiros, mantiveram-se em crescimento quando comparado com o mesmo período de 2010 com o objetivo de complementar a linha de produtos e aumentar a força da marca Portobello. No 2T11 o volume alcançou 1.069 mil m² e no semestre somou 2.432 mil m².

Sobre o total disponível para venda no 1S11, a produção própria respondeu por 82% e a de terceiros por 18%, em igual período do ano passado, corresponderam, respectivamente, 93% e 7%.

Desempenho das Vendas

O forte desempenho das vendas nos períodos foi positivamente influenciado pelo crescimento do volume físico de vendas do mercado interno, de 28% no trimestre e de 35% no semestre. Reflexo das ações que objetivam a redução da participação do mercado externo e concentração do foco no mercado brasileiro. Com isso, as vendas no mercado interno sobre o total corresponderam a 92%, 2 pontos percentuais superior a igual período do ano passado. Já as exportações no 2T11 decresceram 8% em relação às do 2T10 e representaram 9% das vendas totais do trimestre.

Distribuição

A rede de distribuição da Portobello está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado interno: São três os canais de distribuição:

Varejo Portobello Shop – Franquias que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 107 lojas localizadas em 93 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Varejo Multimarcas – Responsáveis pelo atendimento a revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo.

Engenharias – Representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias.

Mercado externo: Representando as vendas realizadas para diversos países através de equipe própria e representantes independentes. As exportações em 2011 foram limitadas a mercados mais rentáveis e tiveram sua participação nas vendas totais reduzidas, de acordo com os planos definidos preliminarmente.

Desempenho operacional	2T09	%ROL	2T10	%ROL	2T11	%ROL	Variação % 2T11 x 2T10
Receita operacional líquida	94.309	100%	119.769	100%	140.572	100%	17%
Mercado interno	84.293	89%	108.386	90%	129.276	92%	19%
Mercado externo	10.016	11%	11.383	10%	11.296	8%	-1%
(-) Custo dos produtos vendidos	(71.251)	76%	(83.368)	70%	(98.856)	70%	19%
(=) Lucro operacional bruto	23.058	24%	36.401	30%	41.716	30%	15%

Desempenho operacional	1S09	%ROL	1S10	%ROL	1S11	%ROL	Variação % 1S11 x 1S10
Receita operacional líquida	182.733	100%	226.194	100%	268.271	100%	19%
Mercado interno	164.355	90%	203.771	90%	247.813	92%	22%
Mercado externo	18.378	10%	22.423	10%	20.458	8%	-9%
(-) Custo dos produtos vendidos	(134.295)	73%	(157.868)	70%	(187.352)	70%	19%
(=) Lucro operacional bruto	48.438	27%	68.326	30%	80.919	30%	18%

Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado consolidado	2T09	2T10	2T11	Variação % 2T11 x 2T10
Receita operacional líquida	**94.309**	**119.769**	**140.572**	**17%**
Lucro operacional bruto	**23.058**	**36.401**	**41.716**	**15%**
Margem bruta	*24%*	*30%*	*30%*	-
Despesas operacionais	(19.655)	(18.938)	(32.351)	71%
Vendas	(13.618)	(18.200)	(24.934)	37%
Gerais e administrativas	(3.833)	(4.279)	(4.805)	12%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.453	2.790	(1.081)	-139%
Outros ganhos (perdas), líquidos	(4.657)	751	(1.531)	-304%
EBIT	**3.403**	**17.463**	**9.365**	**-46%**
Margem EBIT	*4%*	*15%*	*7%*	*-8 p.p.*
Resultado financeiro líquido	(289)	(7.383)	(5.427)	-26%
Resultado operacional	**3.114**	**10.080**	**3.938**	**-61%**
Imposto de renda e contribuição social	243	(2.456)	(1.689)	-31%
Resultado do exercício das operações continuadas	3.357	7.624	2.249	-71%
Resultado do exercício das operações descontinuadas *	(1.038)	(472)	(162)	-66%
Resultado líquido do trimestre	**2.319**	**7.152**	**2.087**	**-71%**
Margem líquida	*2%*	*6%*	*1%*	*-5 p.p.*
EBITDA (*)	**7.513**	**21.856**	**13.301**	**-39%**
Margem EBITDA	*8%*	*18%*	*9%*	*-9 p.p.*

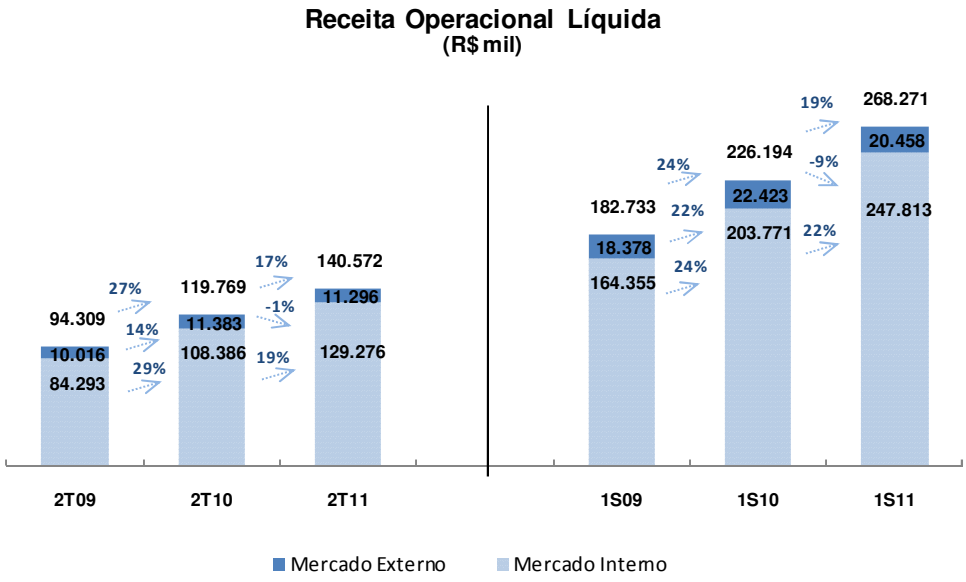
(*) As operações da controlada Portobello América, Inc. foram descontinuadas em 31 de dezembro de 2010 e os dados relativos a esta operação desco estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS.
Os comentários aqui apresentados seguem este padrão.

Resultado consolidado	1S09	1S10	1S11	Variação % 1S11 x 1S10
Receita operacional líquida	**182.733**	**226.194**	**268.271**	**19%**
Lucro operacional bruto	**48.438**	**68.326**	**80.919**	**18%**
Margem bruta	*27%*	*30%*	*30%*	-
Despesas operacionais	(32.812)	(37.807)	(64.484)	71%
Vendas	(26.289)	(33.351)	(46.186)	38%
Gerais e administrativas	(7.313)	(8.436)	(8.995)	7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.943	2.457	(6.842)	-378%
Outros ganhos (perdas), líquidos	(5.153)	1.523	(2.461)	-262%
EBIT	**15.626**	**30.519**	**16.435**	**-46%**
Margem EBIT	*9%*	*13%*	*6%*	*-7 p.p.*
Resultado financeiro líquido	(7.944)	(14.541)	(9.815)	-33%
Resultado operacional	**7.682**	**15.978**	**6.620**	**-59%**
Imposto de renda e contribuição social	(1.469)	(3.559)	(2.685)	-25%
Resultado do exercício das operações continuadas	6.213	12.419	3.935	-68%
Resultado do exercício das operações descontinuadas *	(2.631)	(492)	(221)	-55%
Resultado líquido do trimestre	**3.582**	**11.927**	**3.714**	**-69%**
Margem líquida	*2%*	*5%*	*1%*	*-4 p.p*
EBITDA (*)	**23.734**	**39.144**	**24.322**	**-38%**
Margem EBITDA	*13%*	*17%*	*9%*	*-8 p.p*

(*) As operações da controlada Portobello América, Inc. foram descontinuadas em 31 de dezembro de 2010 e os dados relativos a esta operação descon
estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS.
Os comentários aqui apresentados seguem este padrão.

Receita Líquida

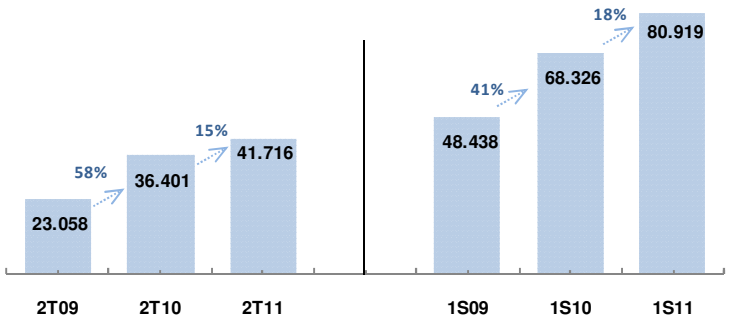
A receita líquida cresceu 17% no 2T11, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 141 milhões. No acumulado do ano, a receita atingiu R$ 268 milhões, 19% superior a do 1S10, 92% dos quais foram realizadas no mercado interno. A performance do mercado interno, 22% superior, teve a participação equilibrada dos canais Engenharia, Varejo Multimarcas e Portobello Shop.



Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R$ 42 milhões no 2T11, 15% superior a do 2T10, influenciado pelo aumento do volume de vendas. No 1S11, totalizou R$ 81 milhões e apresentou crescimento de 18% sobre o mesmo período do ano anterior.

Lucro Bruto (R$ milhões)

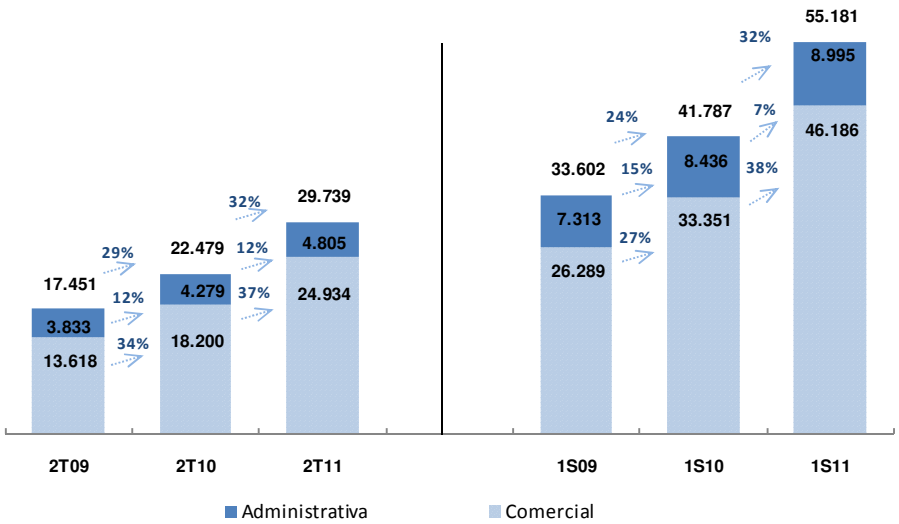


Resultado Operacional

As despesas comerciais somaram R$ 25 milhões no 2T11, correspondendo a um incremento de 37% comparadas às do mesmo período de 2010 em função: (i) do maior volume das vendas; (ii) aumento da força de vendas; (iii) lançamento de novos produtos; (iv) ações de marketing para dar sustentação ao crescimento das vendas e (v) aumento das despesas com logística. As despesas com logística foi o maior vetor de crescimento nas despesas comerciais e considerou a recuperação de materiais, embalagens e gastos gerais oriundos das chuvas ocorridas notadamente em maio de 2011, bem como os gastos com realocação física de estoques e custos extraordinários de distribuição. As ações corretivas e preventivas implementadas tendem a reduzir gradativamente o gasto operacional nesta área.

As despesas administrativas totalizaram R$ 5 milhões no trimestre e aumentaram 12% quando comparadas ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, mas mantiveram-se abaixo do crescimento operacional, gerando ganho de eficiência operacional.

Despesas Comerciais e Administrativas



Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas: Como neste segundo trimestre a Companhia não operou na sua capacidade normal de produção em função da reengenharia fabril em suas linhas de produção houve a reconhecimento de R$ 3,6 milhões referente aos custos fixos relativos à parte ociosa diretamente no resultado, nesta rubrica. Ainda neste trimestre, houve o incremento em provisão para contingências de aproximadamente R$ 1,0 milhão, referente decisões judiciais cíveis e trabalhistas e um reconhecimento de R$ 3,6 milhões em outras receitas operacionais, referente os benefícios adicionais da opção pelo parcelamento da Lei 11.941/09 que teve a sua consolidação final em 30 de junho de 2011, diminuindo as outras despesas operacionais, líquidas (ver nota explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de junho de 2011).

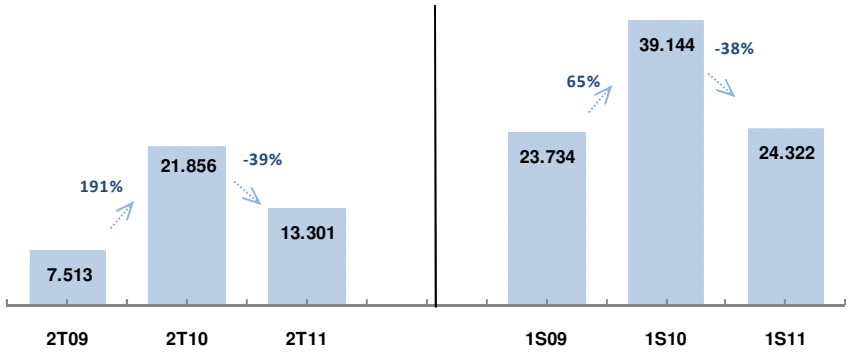
Outros ganhos e (perdas), líquidos: Com a valorização do real a Companhia reconheceu no 2T11 uma perda cambial equivalente a R$ 1,8 milhão sobre contas a receber.

O resultado operacional antes do financeiro (EBIT) alcançou R$ 9 milhões e R$ 16 milhões, respectivamente, no 2T11 e 1S11, ou seja, queda de 46% em relação aos mesmos períodos do ano anterior. A relação EBIT sobre receita líquida apresentou uma margem de 7% no 2T11, 8 pontos percentuais abaixo da verificada no mesmo período do ano passado, de 15%, e reflete a menor diluição dos custos fixos, em função da readequação das linhas fabris, aumento das despesas com logística e outras operacionais acima citadas.

EBITDA

O EBITDA, lucro líquido antes de resultado financeiro, contribuição social, imposto de renda, depreciação e amortização, resultado líquido atribuível à participação dos não controladores, resultado do exercício de operações descontinuadas, somou R$ 13 milhões no 2T11 e acumulou R$ 24 milhões no 1S11.

EBITDA



EBITDA	2T09	2T10	2T11	Variação % 2T11 x 2T10
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	2.318	7.150	2.086	-71%
Receita (despesa) financeira líquida	289	7.383	5.427	-26%
Depreciação, amortização e exaustão	4.110	4.393	3.936	-10%
Imposto de renda e contribuição social	(243)	2.456	1.689	-31%
Resultado líquido atribuível a participação dos não controladores	1	2	1	-50%
Resultado do exercício de operações descontinuadas	1.038	472	162	-66%
(=) EBITDA das operações continuadas (*)	7.513	21.856	13.301	-39%
% da receita líquida	8%	18%	9%	-9 p.p.

(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

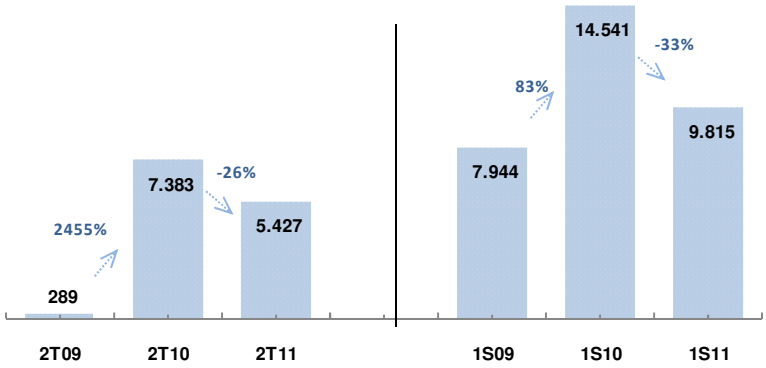
EBITDA	1S09	1S10	1S11	Variação % 1S11 x 1S10
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	3.580	11.923	3.711	-69%
Receita (despesa) financeira líquida	7.944	14.541	9.815	-33%
Depreciação, amortização e exaustão	8.108	8.625	7.887	-9%
Imposto de renda e contribuição social	1.469	3.559	2.685	-25%
Resultado líquido atribuível a participação dos não controladores	2	4	3	-25%
Resultado do exercício de operações descontinuadas	2.631	492	221	-55%
(=) EBITDA das operações continuadas (*)	23.734	39.144	24.322	-38%
% da receita líquida	13%	17%	9%	-8 p.p

(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do 2T11 apresentou despesa financeira líquida de R$ 5 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R$ 7 milhões no 2T10. No semestre acumulou R$ 10 milhões ante R$ 15 milhões no 1S10. As despesas financeiras líquidas foram inferiores em, respectivamente, 26% e 33% quando comparadas aos mesmos períodos de 2010, decorrente de menores taxas de juros, aumento de recebíveis de longo prazo sujeitos a atualizações monetárias e efeito preponderante da variação cambial sobre os saldos dos financiamentos em moeda estrangeira.

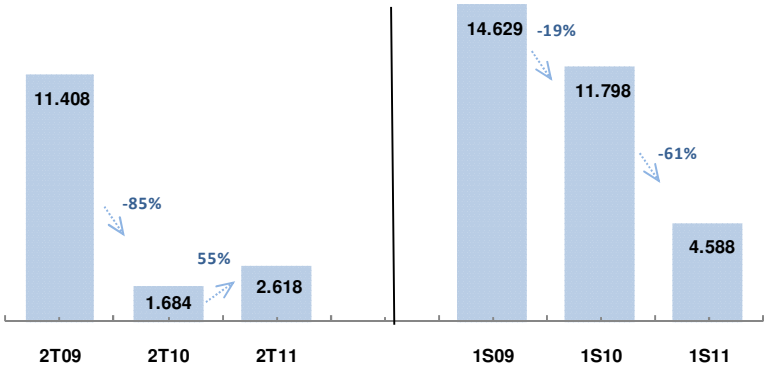
Despesas Financeiras Líquidas



Investimentos

No 2T11, foram realizados investimentos de R$ 3 milhões e concentrou-se em melhorias no processo fabril visando maior produtividade e na solução das deficiências na área de logística. No 1S11, os investimentos acumularam R$ 5 milhões. O programa de investimentos de 2011 concentrará no segundo semestre na qualificação tecnológica e de logística.

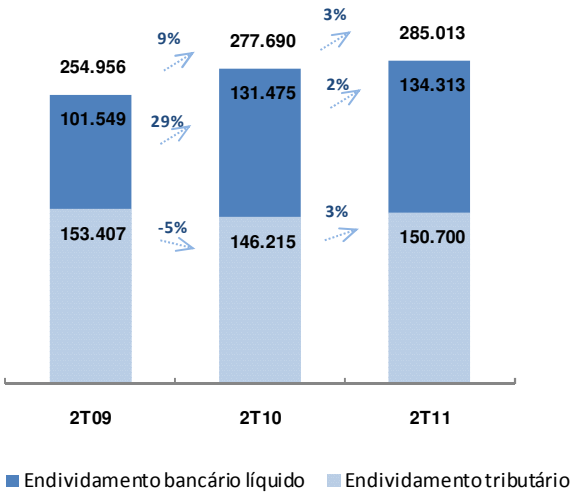
Investimentos



Endividamento / Estrutura de Capital

O endividamento bancário líquido em junho de 2011 aumentou 3% sobre o mesmo mês de 2010, em função do aumento da necessidade de capital de giro para financiar o aumento dos estoques e das vendas. Porém a dívida tem perfil de prazo mais longo e custo menor. Em 30 de junho de 2011 o endividamento líquido era de R$ 134 milhões, contra R$ 131 milhões ao fim do 2T10.

Endividamento



Endividamento bancário líquido	2T09	2T10	2T11
Circulante	91.530	102.857	100.776
Não circulante	19.505	36.195	47.913
(=) Total do endividamento bancário	111.035	139.052	148.689
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	9.486	7.577	14.376
(=) Total do endividamento bancário líquido	101.549	131.475	134.313

Alavancagem financeira	2T09	2T10	2T11
Endividamento bancário líquido	101.549	131.475	134.313
Endividamento tributário	153.407	146.215	150.700
EBITDA (últimos 12 meses)	49.122	74.208	70.466
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	2,1	1,8	1,9
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	5,2	3,7	4,0

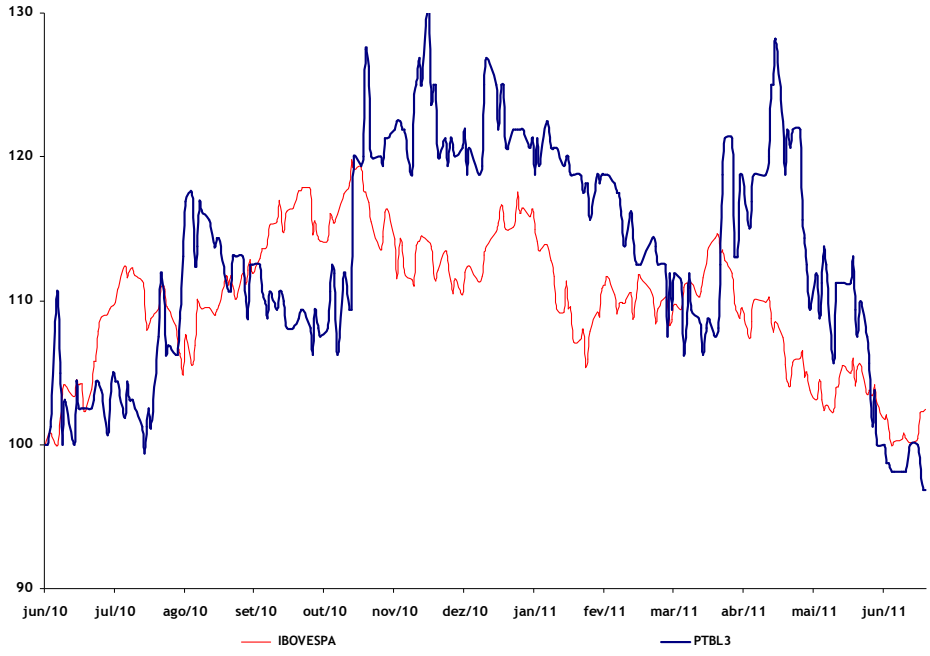
Recursos Humanos

O quadro de pessoal consolidado ao final do exercício era constituído de 2.472 profissionais, sendo 2.278 próprios, 154 terceiros, 14 estagiários, 26 temporários.

Mercado de Capitais

A cotação das ações ordinárias (PTBL3) da Portobello no dia 30 de junho de 2011 foi de R$ 1,55. Apresentando desvalorização de 3,1% nos últimos 12 meses, enquanto no mesmo período o Ibovespa registrou valorização de 2,4%. No ano de 2011, a PTBL3 apresentou uma queda 24% e o Ibovespa recuo 10%. Em 30/06/11, o valor de mercado da Portobello era de R$ 246 milhões.

PTBL3 versus Ibovespa
De (base 100) 30/6/2010 a 30/06/2011



Produtos/Marketing/Serviços

A Companhia, aposta em lançamentos, tecnologia e estratégia de produção para manter seu ritmo de crescimento neste ano. Em novos produtos, a Companhia quase que dobrou o número de lançamentos. Da média de 12 linhas por ano, a Portobello lançou 22 em 2011. Para atender às demandas e trazer tendências, elas são inspiradas em materiais naturais, como madeira, pedra e mármore, e elementos desenvolvidos pelo homem, como concreto, cimento, vidro e corean. A Companhia adquiriu um equipamento de última geração em impressão digital, com objetivo de oferecer produtos que reproduzam fielmente elementos naturais, como madeiras e mármores.

Outra estratégia que a Portobello está adotando é em se dedicar a produção de produtos com maior valor agregado. Por isso, a empresa terceirizou a produção de cerâmica tradicional e mantém o foco de sua planta industrial em Tijucas, Santa Catarina, com a fabricação de porcelanatos.

A Portobello também reforçou o seu investimento em marketing digital neste ano, com a implementação de um conjunto de ações tecnológicas para promover ainda mais interação e relacionamento com o seu público. Elas consideram desde a introdução de *"tablets"* para sua equipe de vendas até a disponibilização de recursos digitais a especificadores e consumidores finais em atividades de pré e pós venda.

Reconhecimentos

- Marcas de Destaques do Século XXI – Editora Empreendedor, a pesquisa realizada com personalidades do mundo dos negócios, do marketing e da comunicação apontou a Portobello, como uma das empresas catarinenses que se destacarão nesta segunda década do século XXI.

- Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC 2011 – 13ª edição, na Categoria Preservação ambiental com o case Sustentabilidade Portobello: Todos comprometidos com o futuro – pelo reconhecimento das iniciativas bem sucedidas em responsabilidade social, nas áreas de Preservação Ambiental, Participação Comunitária e Desenvolvimento Cultural.

- Prêmio ABF 2011 – Destaque Franchising e Selo Excelência em Franchising (SEF) – Portobello Shop é contemplada pela 5ª vez com o selo SEF.

- Troféu Menção Honrosa na Categoria Revestimentos Cerâmicos - Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos de Cimento (Sinaprocim) e Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de São Paulo (Sinprocim).

- Troféu Onda Verde – 18º Prêmio Expressão Ecologia na categoria Gestão Ambiental. Conquista do prêmio em função dos programas de Sustentabilidade desenvolvidos pela Companhia.

Composição da Administração da Portobello

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Gladimir Brzezinski	Diretor Financeiro
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Observação
Cesar Bastos Gomes	Presidente	
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente	Diretor Presidente
Plínio Villares Musetti	Conselheiro	
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro	Independente
Glauco José Côrte	Conselheiro	Independente
Mailson Ferreira da Nóbrega	Conselheiro	Independente
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro	Independente
Maurício Levi	Conselheiro	Independente
Rami Naun Goldfajn	Conselheiro	Independente

Portobello S.A.

Informações Trimestrais - ITR em 30 de junho de 2011
e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Portobello S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Portobello S.A. e Portobello S.A. e sociedades controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Portobello S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 12 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4 “S” SC